

Anne Caroline Luz Grüdtner da Silva

**VIOLÊNCIA CONJUGAL SOB A ÓTICA DO CASAL –
ANÁLISE DOS INQUÉRITOS POLICIAIS DE UMA CIDADE DO
SUL DO BRASIL**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Saúde Coletiva, área de concentração em Ciências Humanas e Políticas Públicas de Saúde.

Orientadora: Dra. Elza Berger Salema
Coelho

Co-orientadora: Dra. Kathie Njaine

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Silva, Anne Caroline Luz Grudtner da
Violência conjugal sob a ótica do casal [dissertação] :
análise dos inquéritos policiais de uma cidade do sul do
Brasil / Anne Caroline Luz Grudtner da Silva ;
orientadora, Elza Berger Salema Coelho ; co-orientadora,
Kathie Njaine. - Florianópolis, SC, 2012.
61 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-
Graduação em Saúde Coletiva.

Inclui referências

1. Saúde Coletiva. 2. violência conjugal. I. Coelho,
Elza Berger Salema. II. Njaine, Kathie. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Saúde Coletiva. IV. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

“Violência conjugal sob a ótica do casal – análise dos inquéritos policiais de uma cidade do Sul do Brasil”

Anne Caroline Luz Grüdtner da Silva

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE: **MESTRE EM SAÚDE COLETIVA**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: **Ciências Humanas e Políticas
Públicas em Saúde Coletiva**

Profa. Dra. Karen Glazer de Anselmo Peres
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Saúde Coletiva

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Elza Berger Salema Coelho (Presidente)

Prof. Dr. Luiz Fernando Neves Córdova (Membro Externo)

Profa. Dra. Fatima Buchele (Membro Titular)

Prof. Dr. Rodrigo Otavio Moretti Pires (Suplente)

À minha família

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa e participar deste programa de mestrado.

À minha família pelo apoio e incentivo, que sempre motivaram minha caminhada. Em especial meu esposo, meus pais e meu irmão.

À minha orientadora, que me conduziu nessa construção, que às vezes é difícil, às vezes complicada, mas sempre positivamente surpreendente.

À minha co-orientadora e demais professores do programa de pós-graduação, que além das correções e indicações sempre estiveram prontos a me auxiliar. E aos colegas do mestrado, pelas contribuições e apoio.

À banca pela disposição em contribuir para este trabalho e finalmente aos funcionários da 6ª delegacia que fizeram todos os esforços necessários para que a pesquisa fosse desenvolvida.

Meu muito obrigada a cada um de vocês!

RESUMO

A violência perpetrada pelo parceiro íntimo é uma das formas mais comuns de violência contra a mulher, e reflete questões culturais, sociais e de gênero. A dissertação teve como objetivo analisar o perfil dos casais envolvidos em violência doméstica e qual a dinâmica desta violência, a partir do depoimento dos envolvidos. A metodologia utilizada é descritiva com abordagem quanti-qualitativa. Foram selecionados 172 Inquéritos Policiais registrados no ano de 2010, na 6ª Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher, à Criança e Adolescente de Florianópolis/Santa Catarina, que investigavam violência contra a mulher cometida pelo parceiro ou ex-parceiro. Nossos resultados serão descritos em 2 artigos, o primeiro intitulado “O que se sabe sobre o autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática”, que apresenta o perfil do parceiro íntimo envolvido em situação de violência contra a mulher encontrado em pesquisas publicadas entre 2000 e 2010, nas bases de dados LILACS, MEDLINE e SciELO. O segundo artigo, intitulado “Violência contra a mulher: o relato dos parceiros no Inquérito Policial”, aborda o perfil dos casais que a mulher denunciou violência na delegacia de Proteção à mulher, e os tipos de violência perpetrada e sofrida por eles. A importância do estudo esteve em revelar as características da violência a partir da visão do homem e da mulher envolvidos no contexto das agressões, ampliando as informações referentes a este tipo de violência.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Violência contra a mulher; Maus-tratos conjugais

ABSTRACT

Violence perpetrated by an intimate partner is one of the most common forms of violence against women, and reflects cultural, social and gender factors. The dissertation aims to analyze the profile of the couples involved in domestic violence and what the dynamics of violence, from the testimony of those involved. The methodology used is descriptive quantitative and qualitative approach. We selected 172 police investigations recorded in 2010, at the Woman's Police Station in Florianópolis / Santa Catarina, investigating violence against women committed by a partner or former partner. Our results will be described in two articles, the first entitled "What we know about the men author of violence against intimate partner: a systematic review", which presents the profile of intimate partner involved in situations of violence against women found in published scientific literature between 2000 and 2010 in the databases LILACS, MEDLINE and SciELO. The second article, entitled "Violence against women: a report of the partners in the police inquiry", covers the profile of couples the woman denounced police violence in the Protection of Women, and the types of violence perpetrated and experienced by them. The importance of the study was to reveal the characteristics of violence from the view of man and woman involved in the context of aggression, expanding the information concerning this type of violence.

Key words: Domestic Violence; Violence Against Women, Spouse Abuse

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS.....	10
2.1 OBJETIVO GERAL	10
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
3 REFERENCIAL TEÓRICO	11
3.1 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER.....	11
3.2 VIOLÊNCIA CONJUGAL EM ÍNDICES.....	14
3.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO	16
3.4 O PERFIL DOS CASAIS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.....	18
4 METODOLOGIA.....	22
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	22
4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	22
4.3 LOCAL DO ESTUDO.....	23
4.4 COLETA DE DADOS.....	24
4.5 PERÍODO.....	25
4.6 ANÁLISE DOS DADOS.....	25
4.7 ASPECTOS ÉTICOS.....	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28
APÊNDICES.....	34
APÊNDICE A.....	35
APÊNDICE B.....	49

1 INTRODUÇÃO

O tema central deste estudo é a violência conjugal sob a ótica dos casais envolvidos nestes eventos. Busca-se identificar o perfil dos homens e mulheres, os tipos de violência e compreender a dinâmica desse fenômeno; a partir dos relatos contidos nos Inquéritos Policiais da 6ª Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente de Florianópolis/Santa Catarina.

A violência é considerada um problema social e de saúde pública, que não distingue raça, idade, condição socioeconômica ou educação. É um fenômeno complexo, que deixou de ser apenas um objeto da Justiça, e cujas graves consequências e complicações à saúde são evidenciadas na procura por serviços de saúde. (CÓRDOVA et al, 2010; FRANK et al, 2010; MARZIALE, 2004; SCHRAIBER e OLIVEIRA, 1999).

A violência conjugal se refere a qualquer comportamento dentro de um relacionamento íntimo que cause dano físico, moral ou sexual ao companheiro. É praticada pelo parceiro ou cônjuge, e também pelo ex-parceiro quando a relação termina. Inclui a violência cometida tanto na unidade doméstica como em qualquer relação íntima de afeto, independente de coabitação; compreendendo as violências física, psicológica, sexual, moral, patrimonial e o comportamento controlador. (BRASIL, 2006; WHO, 2002).

Este tipo de violência também pode ser compreendido como violência de gênero, estando, sobretudo presente no cotidiano doméstico das mulheres, de acordo com a definição do seu papel feminino na sociedade. Reflete a tradicional divisão dos espaços, sendo o homem vítima da violência na esfera pública e a mulher no ambiente doméstico, onde o parceiro é o mais frequente perpetrador da violência. Refletindo a percepção, por parte do homem, de que a violência é o meio mais eficaz para coagir e subordinar a parceira à sua vontade e de fazê-la obedecer as suas regras. (ALVEZ e DINIZ, 2005; DEEKE et al, 2009; GIFFIN, 1994).

Alguns autores têm chamado a atenção para a histórica tendência de estudar mais a situação da mulher vítima de violência do que o parceiro acusado de cometer a agressão. Os autores apontam que esta carência de informações sobre o autor da violência pode ser um importante limitador das políticas e intervenções para combater a violência contra a mulher. Sendo importante incluir nos estudos, como sujeitos de pesquisa, não só a mulher agredida, mas também seu

parceiro, além de métodos quantitativos e qualitativos. O que permite obter as características da agressão como percebidas por ambos, e conhecer os fatores que repercutem na ocorrência de violência doméstica. (CASTRO e RIQUER, 2003; CARRASCO-PORTIÑO et al, 2007; DEEKE et al, 2009; FRANK et al, 2010).

Resultados de pesquisas demonstram que o comportamento de homens e mulheres que sofrem violência conjugal é passível de ser mudado quando há investimento do Estado e da sociedade para criar outra base pedagógica e jurídica das relações. É preciso que o homem autor da violência não se configure unicamente como um caso de polícia, que as leis sejam efetivamente implementadas e assegurem aos envolvidos o acolhimento e atendimento adequados. (LAMOGLIA e MINAYO, 2009; ROSA et al, 2008).

De acordo com Schraiber et al (2005) há pelo menos três razões para trazer a temática de homens e masculinidade para os estudos de saúde e gênero. A primeira é por estimular cientistas e formuladores de políticas a enfrentar questões das interrelações entre os gêneros; em segundo lugar por trazer novas temáticas para os estudos e políticas em saúde da mulher, além de proporcionar novos olhares para antigos objetos da saúde das mulheres e dos homens; e, por ressaltar o entrelaçamento entre saúde, cidadania e direitos humanos.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, também inclui a violência como tema importante no atendimento integral ao homem, sendo um dos três eixos que norteiam a política. A mesma entende que a violência, desde que percebida como uma forma social de poder, é uma estratégia de empoderamento masculino, mas com ônus para os homens autores de violência, que se vulnerabilizam na adoção de práticas que decorrem em graves danos à saúde física, psíquica e social para si próprios e para os outros. A integralidade na atenção à saúde do homem implica na visão sistêmica sobre o processo da violência, indo além de seu papel de agressor, por meio da consideração crítica dos fatores que facilitam que o homem cometa violência, a fim de intervir preventivamente sobre as suas causas, e não apenas em sua reparação. (BRASIL, 2008).

Neste contexto, a delegacia pode ser considerada uma importante porta de entrada para as informações referentes à violência doméstica, e os inquéritos policiais e processos penais gerados a partir de denúncias de brigas entre casais são dados oficiais dessa realidade, que podem não representa-lo no todo, mas contem informações valiosas sobre este fenômeno. (FREITAS, 2011; LAMOGLIA e MINAYO, 2009).

Apesar das políticas e leis visando à diminuição da violência contra a mulher e das discussões relacionadas ao gênero, esta ainda acontece e o parceiro permanece como o principal autor dos diferentes tipos de agressão. É possível que mesmo ampliando as pesquisas na área, incluindo os autores, as ações se restringem a perfis considerados mais vulneráveis, não percebendo que a violência contra a parceira íntima ocorre em todas as classes sociais.

Outro aspecto que limita o conhecimento sobre a violência entre casais é a sua análise classificando os envolvidos em vítima e agressor. Esta divisão não parece revelar a dinâmica deste tipo de violência e alimenta a ideia que apenas um dos envolvidos merece acolhimento e acompanhamento, enquanto o outro merece punição.

O caminho para mudar esta realidade passa pela intervenção da área da saúde e deve então incluir a atenção a todos os envolvidos nestas situações de violência, e a compreensão dos aspectos culturais e de gênero envolvidos nas relações conflituosas que envolvem os parceiros íntimos.

Os estudos sobre violência por parceiro íntimo devem então avaliar o homem como envolvido e não apenas agressor, percebendo quais são as conseqüências para ele, como ocorre o ciclo de violência e se o homem também sofre algum tipo de violência nesta relação, buscando clarear as contradições comumente encontradas no relato destes casais. As formas de enfrentamento da violência contra a mulher também devem ser reavaliadas, ampliando suas ações e incluindo o acompanhamento e atendimento do homem acusado de perpetrar violência.

Frente a isto, torna-se importante conhecer as características do casal em situação de violência e a dinâmica deste fenômeno, incluindo o homem acusado de perpetrar de violência através de informações diretas e assim fornecer informações para aprimorar as políticas de combate a violência contra a mulher, estendendo os programas aos homens.

Desta forma, considera-se relevante conhecer a realidade da cidade de Florianópolis, de maneira a desenvolver ações mais próximas da necessidade local, uma vez que a violência entre parceiros íntimos é um fenômeno complexo e influenciado por diversos fatores, apresentando peculiaridades de acordo com as características culturais e sociodemográficas do país, Estado e município.

Desta maneira, este estudo busca responder as seguintes questões: Qual é o perfil dos casais que a mulher denuncia a situação de violência? Como é a dinâmica desta violência, a partir da ótica dos parceiros envolvidos?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a violência conjugal a partir a do relato dos envolvidos presentes nos Inquéritos Policiais da Delegacia da Mulher de Florianópolis - SC, no ano de 2010.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar uma revisão da literatura sobre o perfil dos homens que cometem violência contra a parceira;
- Traçar o perfil sócio-demográfico dos casais envolvidos nos eventos violentos;
- Investigar a dinâmica da violência sob a ótica do homem e da mulher envolvidos nos eventos de violência.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER

A Organização Mundial de Saúde define violência como o uso intencional de força física ou poder, em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grande possibilidade de ocasionar lesão, morte, danos psicológicos, problemas no desenvolvimento ou privação. (WHO, 2002).

A violência perpetrada contra a mulher é encontrada em qualquer tipo de cultura e classe social, é um fenômeno polissêmico, se apresentando de várias formas, podendo ocorrer através da negligência, da violência física, psicológica e sexual. (CÓRDOVA et al, 2010; WHO, 2002).

De acordo com a lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), é considerada violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Inclui a violência cometida tanto no âmbito da unidade doméstica, como no da família, ou em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação. Compreende, entre outras, as violências física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. (BRASIL, 2006).

No artigo 7º desta lei, são listadas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
(BRASIL, 2006, art 2).

De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde (WHO, 2005), a violência perpetrada pelo homem contra a companheira pode ser classificada em quatro tipos:

- a) Violência Física, que inclui esbofetear, jogar algo, bater com o punho ou outro objeto, chutar, arrastar, empurrar, espancar, queimar ou utilizar uma arma contra a mulher;
- b) Violência Sexual, que é definida por ser forçada fisicamente a ter relações sexuais contra a vontade, manter relações sexuais por medo da atitude do parceiro, ou ser forçada a fazer algo sexual que lhe desagrade ou humilhe;
- c) Violência Psicológica, que inclui ser insultada, menosprezada ou humilhada na frente de outras pessoas, ser ameaçada ou intimidada;
- d) Comportamento controlador, caracterizado por restringir o contato da companheira com os familiares e amigos, insistir em saber a localização da companheira constantemente, ignorar ou tratar a mulher com indiferença, ficar com raiva quando a companheira fala com outro homem, acusar a

mulher de infidelidade e controlar seu acesso aos cuidados de saúde.

Geralmente a violência inicia de forma lenta e silenciosa, progredindo em intensidade e conseqüências. O autor de violência primeiramente não lança mão de agressões físicas, mas parte para o cerceamento da liberdade individual da vítima, avançando para o constrangimento e humilhação. Com o tempo as atitudes do agressor mudam, tornando-se mais evidentes, então, a violência psicológica doméstica passa a manifestar-se verbalmente, com humilhações privadas ou públicas, para então se manifestar na forma de violência física. (LEÔNICIO et al, 2008).

De acordo com Soares (1995), a violência contra a mulher não ocorre em episódios isolados, mas num processo contínuo e repetitivo, ou seja, de forma cíclica. A autora apresenta este ciclo em três fases. A primeira é a de construção da tensão, com agressões verbais, ciúmes, ameaças e destruição de objetos; nesta fase a mulher pensa ser capaz de controlar a situação, atribuindo a si mesma a responsabilidade pelos atos do companheiro.

Na segunda fase a tensão atinge seu ponto máximo, se expressando por agressões mais agudas e graves. Esta é uma fase breve, seguida pela fase denominada lua de mel. Quando terminam as agressões o homem teme perder a companheira, passa a proferir promessas, jurando não repetir os atos. (SOARES, 1995).

A violência contra este grupo reflete-se no aumento das taxas de suicídio, uso de drogas e álcool, ocorrência de problemas de saúde; como cefaléias e distúrbios gastrointestinais, além do sofrimento psíquico devido à incapacidade da mulher em enfrentar a situação. Também está associada à saúde reprodutiva, como no caso de gravidez indesejada, dor pélvica crônica, doença inflamatória pélvica e doenças sexualmente transmissíveis. (SCHRAIBER, 2002). E de acordo com Silva (2003) haveria ainda, doenças de ocorrência tardia, como artrite, problemas cardíacos e hipertensão.

A ocorrência de violência no relacionamento com o parceiro também produz sofrimento para os homens, embora esse seja um aspecto ainda pouco investigado na violência conjugal, bem como o contexto onde ela ocorre, os sentimentos envolvidos e as conseqüências para a saúde de ambos os parceiros. (ALVIM e SOUZA, 2005; GOMES, 2008).

Todavia estudos observaram que a agressão contra o homem é desencadeada após algum ato de violência cometido por ele contra a companheira, e nestas situações os homens são agredidos com menor

crueldade e gravidade do que as mulheres são atingidas por eles. Além disso, mesmo que alguns homens possam ser humilhados, desqualificados e agredidos física e verbalmente por uma mulher, é difícil imaginá-los permanentemente aterrorizados ou devastados em sua autoestima. (ALVES e DINIZ, 2005; DEEKE et al, 2009; WHO, 2002).

3.2 VIOLÊNCIA CONJUGAL EM ÍNDICES

A violência contra a mulher é reconhecida como um fenômeno global, sendo que a proporção de mulheres que sofreram violência física durante algum momento da vida varia de 12% na China, 48% na Austrália e Moçambique, até 59% na Zâmbia. Quando avaliada a violência praticada pelo parceiro íntimo a variação foi de 6%, na China, até 48% na Zâmbia e no Peru. (UNITED NATIONS, 2010).

Com base em 48 estudos realizados em todo o mundo, identificou-se que entre 10% e 69% das mulheres já foram agredidas pelo seu parceiro. (WHO, 2002). Em levantamento realizado por Dantas-Berger e Giffin (2005), os estudos comprovaram a alta incidência de violência de homens contra mulheres, sendo a violência sexual e física praticada pelo companheiro íntimo as formas mais presentes. O estudo também apontou que na Colômbia 20% das mulheres já foram vítimas de violência física e/ou sexual perpetrada pelo parceiro, enquanto na Índia esta porcentagem chega a 75%.

No Brasil, segundo o relatório de vigilância de Violência e Acidentes, referente aos anos de 2008 e 2009, nas agressões cometidas por companheiro ou ex-companheiro predominaram as vítimas do sexo feminino. (BRASIL, 2010). Segundo Venturi et al (2001), uma em cada cinco mulheres foi agredida pelo menos uma vez na vida; e em 56% destes casos, o marido ou companheiro foi o agressor. Entre os anos de 2000 e 2003, no município de São Paulo, 41,8% das mulheres teriam sofrido algum episódio de violência psicológica; 27,2% alguma forma de violência física e 0,2% das mulheres sofreram violência sexual cometida pelo parceiro íntimo. (SCHRAIBER et al, 2007).

Em pesquisa conduzida com homens em mulheres, no ano de 2011, 6 em cada 10 entrevistados relatou conhecer alguma mulher que sofreu violência doméstica. Entre as mulheres que relataram ter sofrido algum tipo de violência, 46% relataram agressão física, 33% ameaça e 15% violência sexual. Dos homens entrevistados, 15% relataram ter cometido agressão grave contra a mulher, destes 34% agrediram

fisicamente, 9% ameaçou e 2% obrigou a mulher a manter relação sexual. (INSTITUTO AVON, 2011).

Segundo Dossi et al (2008), que realizou um levantamento de 7.750 inquéritos policiais sobre violência física intrafamiliar, prevaleceram as agressões entre casais, com 81,1% dos casos, sendo o atual companheiro o agressor mais frequente.

De acordo com o relatório da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, que recebe por telefone os relatos de violência contra mulheres no Brasil, dos 98.326 relatos registrados de 2006 a 2009, 43% dos agressores são os cônjuges das vítimas. Sendo a violência física a mais apontada, correspondendo a 61% dos relatos, seguida da violência psicológica, com 28%, e da sexual, com 8%. (BRASIL, 2011).

Em estudo conduzido no Rio de Janeiro, 25,4% dos homens entrevistados relataram ter usado violência física pelo menos uma vez contra sua parceira íntima e quase 40% disseram ter usado violência psicológica, pelo menos uma vez. No total, 51,4% desses homens afirmaram que cometeram algum tipo de violência contra sua parceira íntima pelo menos uma vez, incluindo violência física, psicológica ou sexual. (ACOSTA e BARKER, 2003).

Em estudo conduzido na Delegacia da Mulher de Florianópolis, também se observou uma associação entre relações de conjugalidade e a violência denunciada contra a mulher, sendo que 74% das denúncias de violência tinham como acusados cônjuges, ou similares, das vítimas. Estes dados reforçam então o caráter doméstico e conjugal da violência contra a mulher. (CÓRDOVA et al, 2010).

Em muitos casos, a mulher sofre vários tipos de violência concomitantemente; sendo importante avaliar os diferentes tipos de violência e suas características. (AEKPLAKORN e KONGSAKON, 2007; AUDI et al, 2008; KARAMAGI et al, 2006; KHOSLA et al, 2005).

De acordo com Moura et al (2009) 31,3% das mulheres sofrem simultaneamente violência física, psicológica e sexual perpetradas pelo parceiro íntimo. Segundo Abrahams et al (2006), 49,3% dos homens entrevistados relataram usar mais de um tipo de violência contra a parceira. Já no estudo de Krobauer e Meneghel (2005), 52% das mulheres sofreram dois tipos de violência e 12% três tipos.

Os homens também sofrem violência cometida pela parceira, contudo poucos estudos analisam este tipo de agressão. De acordo com estudo realizado nos Estados Unidos, conduzido por Reid et al (2008), dos 420 homens entrevistados 4,6% sofreram violência cometida pela parceira no ano anterior a pesquisa, 10,4% nos cinco anos anteriores e

28,8% em algum momento da vida. Por outro lado, em estudo realizado por Dossi et al (2008) em São Paulo, entre os casais apenas 1,3% dos homens relataram ter sofrido violência cometida pela companheira.

3.3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Atualmente a forma de ampliar o foco da discussão da violência contra a mulher passa pela compreensão de tal temática como uma forma de violência de gênero. Esta diz respeito às relações de poder e a distinção entre as características culturais atribuídas a cada um dos sexos e suas peculiaridades biológicas. Mulheres e homens sofrem violência conjugal, contudo, em razão da especificidade de gênero, de forma diferente. Os homens costumam ser agredidos pela mulher, mas com crueldade e gravidade menor do que as mulheres por eles. (GOMES, 2008; WHO, 2002).

Violência de gênero se caracteriza então por qualquer ato que resulte em dano físico ou emocional, perpetrado com abuso de poder de uma pessoa contra a outra, em uma relação marcada pela desigualdade e assimetria entre gêneros. Podendo ocorrer nas relações íntimas entre parceiros, entre colegas de trabalho e em outros espaços; abrange a violência praticada por homens contra mulheres, por mulheres contra homens, entre homens e entre mulheres. (BRASIL, 2005; NJAINE et al, 2009).

Gênero diz respeito à modelação por meio de atributos culturais associados ao sexo e às suas peculiaridades biológicas, são os modelos socialmente construídos do que vem a ser homem e mulher. Os modelos de gênero se constroem a partir de uma perspectiva relacional, o que significa que o que é visto culturalmente como masculino só faz sentido a partir do feminino. Masculinidade pode ser entendida como um espaço simbólico que serve para estruturar a identidade de ser homem, oferecendo um modelo para atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidos. Então, em um cenário que associa o ser masculino e o ser violento, as relações de gênero podem ser construídas e reproduzidas a partir da lógica de que a violência seria a referência para se diferenciar o homem da mulher. (GOMES, 2008; NJAINE et al, 2009).

O uso do poder do homem sobre as mulheres estaria então na base da violência exercida contra elas, e seria uma forma de dominá-las e controlá-las, principalmente se a vítima for sua parceira numa relação conjugal. De acordo com a perspectiva feminista, a questão de gênero está inserida num contexto onde a mulher convive com um histórico de dominação pelo controle masculino, agravado pelo uso da força física,

que está fundamentado numa estrutura patriarcal e capitalista. Os homens recorrem então à força física para assegurarem seu domínio, e a violência ocorre como um fator participante no processo de simbolização do poder masculino. (CÓRDOVA et al, 2010).

Existem determinantes culturais envolvidos na construção dos papéis masculinos e femininos que legitimam o poder masculino, tornando os homens violentos quando por algum motivo perdem o controle sobre suas companheiras. A compreensão dessas relações de gênero presentes nos casais em situação de violência pode levar a um avanço na discussão desta problemática e instrumentalizar ações que modifiquem essas relações. (ALVIM e SOUZA, 2005; LAMOGLIA E MINAYO, 2009).

De maneira geral, a violência contra a parceira está associada ao modo como os homens são socializados, onde os meninos são ensinados a reprimir as emoções e a raiva é um dos poucos sentimentos que a sociedade aceita que eles demonstrem. Além disso, este tipo de violência se fundamenta nos papéis sexuais, onde a violência é justificável pelos homens quando as mulheres mantêm relações extraconjugais ou não cumprem o que é considerado que sejam suas responsabilidades domésticas. (ACOSTA e BARKER, 2003).

Os padrões machistas de comportamento masculino e feminino se mantem como parâmetro para a convivência familiar, sendo reproduzidos cotidianamente. No machismo está contida a crença de superioridade da imagem masculina sobre a feminina, e em pleno século XXI a singularidade de nascer mulher ainda é uma fonte de discriminação (LAMOGLIA e MINAYO, 2009). A mulher deve ser controlada, para isso se utiliza a força ou coerção física e emocional, que correspondem às formas de expressão da violência conjugal, portanto combater violência significa repensar e romper com os modelos sociais que colocam um gênero em posição de supremacia enquanto diminuem o outro. (ALVES e DINIZ, 2005).

Dessa forma, apesar de homens e mulheres terem um papel ativo na violência conjugal, a análise das representações deste fenômeno mostram que ambos conferem a ela significados bem específicos, dentro de um padrão que os posiciona em condições desiguais mantidas na sociedade, com maior prejuízo para as mulheres. Para o gênero masculino ficam os valores de liberdade, poder, dominação, força, violência e superioridade; e para o feminino, submissão, passividade, fraqueza e inferioridade. (FREITAS, 2011).

Todavia, Gomes (2008) destaca a necessidade de modificar a forma de debater a violência contra a mulher, deixando a redução da

mulher como vítima, para a promoção do sujeito que vivencia situações de violência. Ao evitar associações como homem-agressor e mulher-vítima, o debate pode contribuir para que frente às diferenças as pessoas não promovam a desigualdade ou contribuam para que ela se mantenha.

Com a ampliação dos estudos que visam à inclusão dos homens na perspectiva de gênero, há a possibilidade de modificar a visão da relação entre masculinidade-violência baseada na ideia de patriarcado para uma ideia que privilegia a violência como expressão de insegurança masculina. Tal mudança parece importante ao discutir de que modo a experiência de poder ou da falta dele está relacionada, para os homens, a outros referenciais identitários, tais como classe, geração/idade, raça/etnia, entre outros. Isso aponta para a possibilidade de fugir de categorizações abstratas de papéis sexuais constitutivos de uma visão monolítica de homem e mulher. Voltar-se para uma aproximação de gênero implica requalificar o agrupamento “homens”, construindo um leque novo de questões para pensar homens e mulheres, como sujeitos com necessidades a serem consideradas em todas as formas de interação. Se a tomada dos homens como objeto, para entendê-los e também às mulheres, representa o esforço de realizar a categoria gênero, o produto de tal esforço constituirá uma contribuição da perspectiva de gênero para renovar o conhecimento e as práticas da Saúde Coletiva. (SCHRAIBER et al, 2005).

3.4 O PERFIL DOS CASAIS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Estudos evidenciam que mesmo os casais separados ou divorciados relatam violência doméstica. (GARCIA et al, 2008; GUPTA et al, 2008). Todavia, algumas pesquisas encontram maior incidência de violência entre casados. (LEÔNICIO et al, 2008; NTAGANIRA et al, 2009).

Em estudo conduzido por Lamoglia e Minayo (2009), 45% dos homens permaneceu em relação conflituosa com as mulheres mesmo depois da separação, o que evidencia que a dominação masculina continua de tal forma arraigada que, mesmo separados, os homens se veem como donos de suas ex-companheiras. Em outros casos o estudo aponta que em algumas situações a mulher começa a sofrer violência após a separação ao não querer a reconciliação ou por iniciar outro relacionamento, esses comportamentos também foram percebidos nos depoimentos analisados nesta pesquisa.

Quanto ao tempo de relacionamento entre o casal, não há consenso entre a literatura. De acordo com Rivera-Rivera et al (2004),

mais de 11 anos de relação foi positivamente associado com violência. No estudo de Parish et al (2004) 47% das mulheres estava com o parceiro há pelo menos 16 anos, sendo que a violência por parceiro íntimo estava positivamente associada com relações entre 6 e 15 anos. Por outro lado, Ntaganira e colaboradores (2009) encontraram que casais com 4 anos ou menos de relacionamento estavam mais propensos a relatar violência.

Os estudos sobre violência entre parceiros demonstram que as mulheres que são vítimas comumente apresentam baixa escolaridade, são tabagistas, fazem uso de álcool, têm história de violência na família, são desempregadas ou do lar, e dependem economicamente do parceiro. (MARINHEIRO et al, 2006; MENEZES et al, 2003; OLIVEIRA et al, 2009).

Desse modo, a baixa escolaridade, o aprofundamento das desigualdades sociais e o uso de álcool e de substâncias ilícitas parecem exacerbar a magnitude da violência, e colocar mulheres economicamente segregadas em situação de maior vulnerabilidade a violência. Assim, a violência contra a mulher tem sido associada ao acesso assimétrico às oportunidades, principalmente aquelas relacionadas à inserção e estabilidade no mercado de trabalho e ao sistema educacional. (MOURA et al, 2009).

Ao analisarem diversos estudos sobre o tema, Pasinato e Santos (2008) chegaram à conclusão que geralmente as mulheres vítimas de violência conjugal, que procuram ao atendimento das Delegacias de atenção à mulher, têm entre 19 e 34 anos de idade, baixo nível de escolaridade, baixa qualificação profissional e baixa remuneração, atuando principalmente no comércio, no setor de limpeza ou como donas de casa. De acordo com a análise conduzida por Leôncio et al (2008), a partir de boletins de ocorrência, a maioria das mulheres apresentam mais de 35 anos, são da raça branca, possuem ensino fundamental completo e quase metade das vítimas eram solteiras.

A violência contra a mulher atinge, mesmo que de modo diferente, mulheres pobres e ricas. Normalmente as ricas têm recursos para enfrentar, de forma privada, os problemas de saúde e jurídicos resultantes da violência, o que explica o predomínio do atendimento a mulheres pobres nas Delegacias de Defesa da Mulher. (ALVES e DINIZ, 2005).

Em relação ao perfil dos homens envolvidos em situação de violência conjugal, os que apresentam baixa escolaridade, ou até 7 anos de estudo, estão desempregados, e tem entre 25 e 49 anos de idade são os mais propensos a agredir a companheira. (FRYE et al, 2007).

De acordo com estudo multicêntrico conduzido pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 2002), homens mais jovens e com baixos salários estariam mais propensos a cometer violência contra a parceira. Outros fatores que poderiam estar relacionados seriam o baixo grau de escolaridade, pobreza na infância e adolescência, depressão, alcoolismo, e ter testemunhado ou sofrido violência na infância. Haveriam ainda fatores relacionados a comunidade e onde o casal vive, como fracas sanções contra a violência doméstica, pobreza, baixo capital social, e taxas de outros tipos de violência.

De acordo com Dalal e colaboradores (2009), os maridos com idades entre 30 e 49 anos são quatro vezes mais abusivos verbalmente que os homens mais jovens; enquanto os homens acima de 40 anos são 2 vezes mais propensos a abusar fisicamente de suas esposas. Já o estudo conduzido por Audi e colaboradores (2008) concluiu que a idade do parceiro maior que 19 anos está positivamente associada com violência psicológica.

A maioria dos estudos associa este tipo de violência à baixa escolaridade, até 9 anos de estudo ou ensino fundamental incompleto (BURAZERI et al, 2005; DEEKE et al, 2009; MOURA et al, 2009; RIVERA-RIVERA et al, 2004; VIZCARRA et al, 2001). Conforme Khosla e colaboradores (2005), a violência perpetrada contra a mulher foi maior quando a escolaridade do marido era menor que 10 anos (38,8%), em comparação a 23,5% quando o marido tinha estudado mais de 10 anos. De acordo com Vung e colaboradores (2008) se o marido completou apenas a educação primária o risco de violência física ou sexual é mais do que o dobro em relação ao marido que completou mais anos de estudo.

A violência perpetrada pelo companheiro está especialmente relacionada a situação de trabalho do homem, havendo um maior risco de violência quando o parceiro é desempregado ou trabalha de forma casual ou somente meio expediente. (BURAZERI et al, 2005; SANTANA et al, 2006; STICKLEY et al, 2009; WATHEN et al, 2007). Entretanto, de acordo com Leôncio e colaboradores (2008) e Vizcarra e colaboradores (2001), o homem ter um emprego regular ou ocasional estava fortemente associado à conduta violenta.

O consumo de bebidas alcoólicas pelo homem também é considerado um fator de risco para este tipo de violência. (ABRAHAMS et al, 2004; DALAL et al, 2009; NTAGANIRA et al, 2008; STICKLEY et al, 2008). Segundo Aekplakorn e Kongsakon (2007), o abuso de álcool está fortemente associado como fator de risco para violência por

parceiro íntimo, pois acredita-se que o álcool reduza as inibições e leve a um julgamento pobre.

De acordo com Dossi e colaboradores (2008) cerca de um quarto a um quinto dos agressores estavam alcoolizados no momento da agressão, e no estudo de Deeke e colaboradores (2009), esse número correspondia a 30% dos agressores. E segundo Menezes e colaboradores (2003), observou-se aumento significativo do risco para todos os estratos relativos à embriaguez, quando comparados à ausência: o risco foi mais de três vezes maior quando os parceiros se embriagavam pelo menos uma vez por mês, e quase sete vezes maior para frequência de embriaguez maior que uma vez por semana.

Outro aspecto associado a conduta violenta é a história de violência na família. (MENEZES et al, 2006; STICKLEY et al, 2008). Estando relacionada especialmente a sofrer violência física ou psicológica durante a infância e testemunhar violência contra a mãe. (ABRAHAMS et al, 2004; VIZCARRA et al, 2001). Segundo Gupta e colaboradores (2008), homens que relataram ter testemunhado violência entre os pais apresentavam quatro vezes mais chance de agredir a parceira.

De acordo com Abrahams et al (2006), o homem que sofreu violência precocemente e que usa violência em outros ambientes é mais propenso a usar violência contra sua parceira. Em seu estudo, os homens que na infância testemunharam violência contra a mãe tinham mais chance de agredir a parceira.

4 – METODOLOGIA

4.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, que tem por objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados e visando descobrir a existência de associações entre as variáveis (GIL, 2002).

As variáveis referentes aos dados sociodemográficos do casal em situação de violência foram obtidas através da consulta ao inquérito policial, enquanto as referentes ao tipo de violência perpetrada por meio da análise do relato da ocorrência.

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população deste estudo é formada pelos casais envolvidos em violência entre parceiros íntimos, registrada no ano de 2010, na 6ª Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher, à Criança e Adolescente (DEAM) de Florianópolis/Santa Catarina.

Neste ano foram registrados na DEAM 3310 boletins de ocorrência (BO) e nas demais delegacias da cidade 1211 BO, que foram encaminhados para a DEAM. Foram 19 atos de prisão em flagrante e 646 medidas protetivas requeridas. Foram instaurados 986 inquéritos policiais (IP), destes, 553 eram referentes a violência contra a mulher cometida pelo parceiro ou ex-parceiro. Os IP são abertos a partir de um BO com o objetivo de apurar o fato e sua autoria, e incluem o relato dos envolvidos na situação de violência.

A seleção inicial dos inquéritos foi feita pela leitura do fato comunicado, que deveria conter violência doméstica perpetrada pelo companheiro ou ex-companheiro, e confirmado através da leitura do relato da ocorrência. Para a análise foram selecionados os inquéritos em que o homem acusado de perpetrar violência compareceu à delegacia para prestar depoimento, num total de 172 IP; e excluídos os inquéritos que foram encerrados por pedido da mulher (51) ou que não foram finalizados (330). Dessa forma as informações utilizadas nesta pesquisa foram obtidas a partir da ótica do casal envolvido.

4.3 LOCAL DO ESTUDO

Este estudo foi conduzido na 6ª Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher, à Criança e Adolescente de Florianópolis/Santa Catarina. Que é uma unidade da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina e está localizada na Rua Delminda da Silveira, número 811, fundos da Pró-Menor, no bairro Agrônômica, CEP 88025-500.

A primeira delegacia da mulher no mundo surgiu no Brasil, na cidade de São Paulo, em 06 de agosto de 1985, através do Decreto nº 23.769 e com o objetivo de investigar determinados delitos contra a pessoa do sexo feminino. Em seguida foi inaugurada, em Florianópolis, a segunda Delegacia da Mulher do país. (PASINATO e SANTOS, 2008).

O 6º Distrito Policial de Florianópolis, dentro do qual está estabelecida a Delegacia da Mulher, foi criado por meio do decreto nº 19.273, de 11/04/83, durante o governo de Esperidião Amin Helou Filho. E foi através da portaria nº 915/GAB/SSP/85, de 27/09/85, que o secretário de Segurança Pública em exercício, Deputado Heitor Luiz Sché, criou dentro da delegacia dois setores, um de proteção à Criança e ao Adolescente e um de proteção à Mulher. (CÓRDOVA et al, 2010).

A Delegacia da Mulher da capital foi então instituída tendo por objetivo combater a violência física e psicológica que ocorre contra a mulher. Contando com uma equipe multidisciplinar, composta por delegada titular, dois delegados adjuntos, escrivães de polícia, agentes da polícia, psicólogos e agentes operacionais, esta delegacia atende todo e qualquer tipo de violência contra a mulher, havendo, no entanto, uma grande incidência de casos de violência conjugal. (DEEKE, 2004).

O registro de qualquer fato nesta delegacia requer os seguintes procedimentos (DEEKE, 2004):

a) priorizam-se o atendimento dos casos acontecidos em Florianópolis, não sendo atendidos os que ocorrem em São José, Biguaçu, Palhoça e outros municípios. Uma vez que, esta delegacia não possui jurisdição para atuar em outras regiões. Quando é procurada por vítimas de outros municípios, elas são orientadas, podem fazer o registro do Bom e estes são encaminhados para as delegacias locais;

b) a queixa é registrada no Boletim de Ocorrência (BO), pela equipe de plantão, composta por agentes da polícia civil. No registro do boletim de ocorrência, são levantadas as seguintes informações: nomes das vítimas e dos agressores, ocupação, filiação, estado civil, idade, além da hora, data e local da ocorrência. No histórico é colocado, de

forma sucinta, o depoimento da vítima, vindo esta assinar o documento após ser efetuada a leitura do mesmo;

c) após o registro da queixa, o B.O. é encaminhado às delegadas e, conforme sua análise, a decisão tomada é de repassar o caso para os escrivães e psicólogos, conforme a gravidade do caso, elas próprias fazem a intimação e dão continuidade ao atendimento que, deveria culminar em inquérito. Em ocorrências graves, os indiciados são trazidos imediatamente para a delegacia, com o objetivo de serem interrogados pelos escrivães e delegados;

d) dependendo da gravidade e da natureza da queixa, o caso é encaminhado para as seguintes instâncias:

- Instituto Médico legal – quando as mulheres são vítimas de lesões corporais, através de uma guia de requisição de exame médico legal, cujo laudo retorna para a delegacia para ser anexado ao inquérito policial.

- órgãos que prestam assessoria jurídica – quando as vítimas precisam de representação de advogado, como por exemplo, a assessoria da Universidade Federal de Santa Catarina, da Prefeitura de Florianópolis, e do Movimento de Defesa da Mulher.

4.4 COLETA DE DADOS

Os dados referentes ao perfil dos envolvidos foram obtidos a partir da leitura dos inquéritos policiais e registrados no programa Epidata (LAURITSEN, 2002), através de uma máscara construída a partir dos dados presentes no IP especialmente para este estudo. As informações incluíram estado civil, idade, escolaridade, ocupação, tempo de relacionamento, número de filhos e naturalidade.

Enquanto as informações referentes a violência perpetrada ou sofrida foram obtidos através da leitura dos depoimentos contidos no IP, sendo transcritos e então armazenados em planilha do Excel para posterior análise. Para manter o anonimato, cada casal recebeu um número, de acordo com a entrada na planilha de dados, sendo o homem identificado como Sr. a mulher Sra.

4.5 PERÍODO

Os dados foram coletados entre setembro e outubro de 2011, e são referentes às denúncias de violência doméstica contra a mulher, realizadas no ano de 2010.

4.6 ANÁLISE DOS DADOS

As informações referentes ao perfil dos envolvidos foram analisadas com o programa Stata 9, para obtenção das porcentagens e médias, sendo apresentados em tabelas.

Os dados relacionados ao tipo de violência foram classificados conforme os atos relatados nos depoimentos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2005) em violência física, sexual, psicológica, ou comportamento controlador:

- a)** Violência Física, que inclui esbofetear, jogar algo, bater com o punho ou outro objeto, chutar, arrastar, empurrar, espancar, queimar ou utilizar uma arma contra a mulher;
- b)** Violência sexual, que é definida por ser forçada fisicamente a ter relações sexuais contra a vontade, manter relações sexuais por medo da atitude do parceiro, ou ser forçada a fazer algo sexual que lhe desagrade ou humilhe;
- c)** Violência Psicológica, que inclui ser insultada, menosprezada ou humilhada na frente de outras pessoas, ser ameaçada ou intimidada;
- d)** Comportamento controlador, caracterizado por restringir o contato da companheira com os familiares e amigos, insistir em saber a localização da companheira constantemente, ignorar ou tratar a mulher com indiferença, ficar com raiva quando a companheira fala com outro homem, acusar a mulher de infidelidade e controlar seu acesso aos cuidados de saúde.

4.7 ASPECTOS ÉTICOS

Foi realizada uma visita prévia à 6ª Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher, à Criança e Adolescente, com a finalidade de apresentar o projeto, seus objetivos e procedimentos, sendo o estudo autorizado pelo responsável pela instituição.

Posteriormente o projeto foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina, e aprovado sob o parecer nº 2288/12, atendendo à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo são apresentados sob a forma de dois artigos, conforme regulamento do programa de pós-graduação, apresentados no apêndice do trabalho.

O primeiro artigo apresenta a revisão sistemática, realizada nas bases de dados LILACS, MEDLINE e SciELO; em artigos publicados entre os anos de 2000 e 2010, sobre o perfil dos homens acusados de perpetrar violência contra a parceira. A maioria dos artigos foi publicada entre 2007 e 2010, no idioma inglês, e com dados fornecidos pela companheira. Algumas variáveis apresentaram relação com a violência, com a baixa escolaridade e o desemprego; enquanto outras, como o tempo de relacionamento não pareceram estar relacionadas. Os resultados evidenciam que várias características do homem estão relacionadas à violência doméstica, todavia a maioria das informações foram obtidas a partir do relato da companheira, indicando a necessidade de ampliar os estudos nesta área e incluir a visão do homem envolvido.

O segundo artigo aborda as informações relativas ao perfil sócio-demográfico dos casais e os tipos de violência perpetrada, a partir dos dados obtidos nos Inquéritos Policiais (IP). A partir da análise de 172 IP, observou-se que os casais eram separados ou divorciados, estavam na faixa de 31 e 40 anos de idade, empregados e conviveram entre 1 e 6 anos. Os homens negaram os atos violentos e o uso de drogas, enquanto as mulheres relataram especialmente violência psicológica. Este perfil difere do apresentado pela literatura quanto a situação de trabalho e escolaridade; e evidencia a continuidade da violência após o término da relação. Os homens ao assumirem os atos culparam a mulher ou minimizaram as agressões, e ainda relataram serem vítimas de violência cometida pela companheira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMS, N. et al. Intimate Partner Violence: Prevalence and risk Factors for men in Cape Town, South Africa. **Violence and Victims**, v. 21, n. 2, p. 247- 264, 2006.

ABRAHAMS, N. et al. Sexual violence against intimate partners in Cape Town: prevalence and risk factors reported by men. **Bulletin of the World Health Organization**, Geneva, v.82, n. 5, p. 330-337, 2004.

AEKPLAKORN, W.; KONGSAKON, R. Intimate Partner violence among women in slum communities in Bangkok, Thailand. **Singapore Med J**, v. 48, n. 8, p. 763-768. 2007.

ACOSTA, F.; BARKER, G. **Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva**: um estudo sobre homens no Rio de Janeiro/Brasil. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2003.

ALVES, S.L.B; DINIZ. “Eu digo não, ela diz sim”: a violência conjugal no discurso masculino. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.58, n.4, p.387-392, 2005.

ALVIM, S. F.; SOUZA, L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 171-206, 2005.

AUDI, C. A. F. et al. Violence against pregnant women: prevalence and associated factors. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 5, p. 877-885, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 7 de agosto de 2006. Estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Viva : vigilância de violências e acidentes**, 2008 e 2009. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. SEPM. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Balanco da Central de Atendimento à Mulher - 2006 a 2009**. Disponível em: <www.observatoriodegenero.org.br> Acesso em: 30 maio de 2011.

CARRASCO-PORTIÑO, M. et al. ¿Qué sabemos sobre los hombres que maltratan a su pareja? Una revisión sistemática. **Rev Panam Salud Pública**, Washington, v. 22, n. 1, p. 55–63, 2007.

CASTRO, R; RIQUER, R. F. Research on violence against women in Latin America: from blind empiricism to theory without data. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p. 135-146, 2003.

CÓRDOVA, L. F. N, et al (org). **Os 25 anos da “Delegacia da Mulher” de Florianópolis: impasses e perspectivas para a ‘base da pantera’**. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.

DALAL, K.; RAHMAN, F.; JANSSON, B. Wife abuse in rural Bangladesh. **J Biosoc Sci**, v. 41, n. 5, p. 561-573, 2009.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, Apr. 2005.

DEEKE, L. P. **Mulher e violência: breve prevenção ao abuso de drogas por mulheres inseridas no contexto de violência doméstica**. Florianópolis, 2004.

DEEKE, L.P. et al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde Soc São Paulo**, v. 18, n. 2, p. 248-258, 2009.

DOSSI, A. P. et al. Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1939-1952, 2008.

FRANK, S.; COELHO, E. B. S., BOING, A. F. Perfil dos estudos sobre violência contra a mulher por parceiro íntimo: 2003 a 2007. **Rev Panam Salud Publica**. v.27, n, 5, p. 376-81, 2010.

FREITAS, L.. Representações de Papeis de Gênero na violência Conjugal em Inquéritos Policiais. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, Vol. 12, n. 1, jul. 2011.

FRYE, V. et al. Intimate Partner Violence Perpetration Against Main Female Partners Among HIV-Positive Male Injection Drug Users. **J Acquir Immune Defic Syndr**, v. 46, n. 2, p. 101-109, 2007.

GIFFIN, K. Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. **Cad. Saúde Pública**, v.10, n.1, p. 146-155, 1994.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, R. A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. **Athenea Digit**, s.l., v. 14, n. 2, p. 237-243, 2008.

GUPTA, J. et al. Physical violence against intimate partners and related exposures to violence among South Africa men. **Canadian Medical Association Journal**, v. 179, n. 6, p. 535-541, 2008.

INSTITUTO AVON, **Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil**. 2011.

KARAMAGI, C. A. S. et al. Intimate partner violence against women in eastern Uganda: implications for HIV prevention. **BMC Public Health**, v.6, n. 284, 2008.

KHOSLA, A. D. et al. Domestic violence in pregnancy in North Indian women. **Indian J Med Sci**, Mumbai, v. 59, n. 5, p. 195-199, 2005.

KRONBAUER, J. F. D; MENEGHEL, S. N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 5, p. 695-701, 2005.

LAMOGLIA, C.V.A.; MINAYO, M.C.S. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, Apr. 2009 .

LAURITSEN, J. M.; BRUUS, M.; MYATT, M. A. Versão para o português(Brasil) por João Paulo Amaral Haddad. **Programa para criar banco de dados**. EpiData Association, Odense Denmark 2002. (v3.0).

LEÔNCIO, K. L. et al. O perfil de Mulheres Vitimizadas e de seus Agressores. **Rev Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 307-312, 2008.

MARINHEIRO, A. L. V.; VIEIRA, E. M.; SOUZA, L. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 604-610, 2006.

MARZIALE, M.H.P. A Violência no Setor Saúde. **Rev Latino-am Enfermagem**, v.12, n. 2, p. 147-148, 2004.

MENEZES, T. C. et al. Violência física doméstica e Gestaçõ: Resultados de um inquérito no puerpério. **Rev Bras Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, p. 309-316, 2003.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 6 ed, São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MOURA, L. B. A. et al. Violência contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n.6, p. 944-953, 2009.

NJAINÉ, K. (org) et al. **Impactos da violência na saúde**, 2 ed, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

NTAGANIRA, J. et al. Intimate partner violence among pregnant women in Rwanda. **BMC Women's Health**, v. 8, n. 17, 2008.

OLIVEIRA, J. B. et al. Violência entre parceiros íntimos e álcool: prevalência e fatores associados. **Rev Panam Salud Publica**, Washington, v. 26, n. 6, p. 494-500, 2009.

PASINATO, W.; SANTOS, C. M. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. São Paulo: PAGU/UNICAMP, 2008.

REID, R.J, et al. Intimate partner violence among men prevalence, chronicity, and health effects. **Am J Prev Med**, v. 34, n.6, p. 478-485, 2008.

ROSA, A.G. et al. A violência Conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da Violência. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 152-160, 2008.

SCHRAIBER, L.B. et al. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-17, 2005.

SCHRAIBER, L.B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 797-807, 2007.

SCHRAIBER, L.B. et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Rev Saúde Pública**, v.36, n. 4, p.470-7, 2002.

SCHRAIBER, L.B., D'OLIVEIRA, A.F.P.L. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Interface Comun Saúde Educ.**, v.3 n. 5, p. 11 - 27, 1999.

SILVA, I.V. Violência contra mulheres: a experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad Saúde Pública**, v.19, n. 2, p. 263-72, 2003.

SOARES, B.M. **Mulheres invisíveis**: violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1999.

STICKLEY, A.; TIMOFEEVA, I.; SPARÉN, P. Risk factors for intimate Partner Violence against Women in St. Petersburg, Russia. **Violence Against Women**, v. 14, n. 4, p. 483-495, 2008.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs. **The World's Women 2010: Trends and Statistics**. United Nations publication: New York, 2010.

VENTURI, G. et al. **A mulher brasileira no espaço público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIZCARRA, M. B. et al. Violencia conyugal en la ciudad de Temuco. Un estudio de prevalencia y factores asociados. **Rev Méd Chile**, Santiago, v. 129, n. 12, p. 1405-1412, 2001.

WHO, WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Multi-country study on women's health and domestic violence against women: summary report of initial results on prevalence, health outcomes and women's responses**. Geneva, 2005.

WHO, WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on violence and health**. Geneva, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A

O QUE SE SABE SOBRE O HOMEM AUTOR DE VIOLÊNCIA CONTRA A PARCEIRA ÍNTIMA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

What we know about the men author of violence against intimate partner: a Systematic Review

Anne Caroline Luz Grüdtner da Silva; Elza Berger Salema Coelho

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o perfil do parceiro íntimo envolvido em situações de violência contra a mulher. Realizou-se uma revisão sistemática na literatura científica internacional publicada entre 2000 e 2010, utilizando como bases de dados LILACS, MEDLINE e SciELO, sendo selecionados 3.452 artigos. Conforme os critérios de inclusão e exclusão foram analisados os dados bibliométricos e as características do homem acusado de perpetrar violência em 33 artigos que obedeceram rigorosamente os critérios de inclusão e exclusão. A maioria dos artigos foi publicada nos últimos quatro anos, em inglês, e com dados fornecidos pela vítima. Algumas variáveis mostraram relação com a violência: escolaridade e situação de trabalho do agressor. O tempo de relacionamento não esteve relacionado entre estas. No sentido de se estabelecerem políticas de combate a este tipo de violência, concluí-se que há importante lacuna na literatura, principalmente no que se refere às motivações e condicionantes desse fenômeno por quem impetra esse tipo de violência.

Descritores: Violência Doméstica; Violência contra a mulher; Maus-tratos conjugais; Fatores de risco.

Abstract: This paper aims to analyze the profile of intimate partner involved in situations of violence against women. Methods: systematic review into international scientific literature between 2000 and 2010, using databases LILACS, MEDLINE and SciELO. 3452 articles were selected. It was used how for inclusion and exclusion criteria, followed the analyzes of bibliometric data and characteristics of the man accused of perpetrating violence in 33 articles that fulfilled strict criteria. Most articles were published in the last four years, in English, and with data provided by the victim. Some variables showed a relationship with violence: education and

employment status of the offender. The time relationship between them was not related. In order to establish policies to combat such violence, it was concluded that there is a significant gap in the literature, especially regarding the motivations and constraints of this phenomenon by whom did such violence.

Keywords: Domestic Violence, Violence Against Women, Spouse abuse, risk factors.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que o fenômeno da violência provavelmente é parte da história da própria humanidade com impactos diversos e amplos, assim como está presente em todo o mundo. É considerado um problema social e de saúde pública, que afeta a qualidade de vida e ameaça o desenvolvimento dos povos, independente da raça, idade, condição socioeconômica ou educação⁽¹⁾. Trata-se de uma temática de relevância, uma vez que atinge proporções epidêmicas no início do século XXI, com importância na atenção a saúde^(1,2).

As principais vítimas são as mulheres⁽³⁾. Segundo definição da Assembleia Geral das Nações Unidas, a violência contra a mulher é caracterizada como qualquer ato de violência de gênero que resulte, ou tenha probabilidade de resultar, em prejuízo físico, sexual ou psicológico, ou ainda sofrimento, incluindo também a ameaça, a coerção e a privação da liberdade, seja em público e/ou na vida privada⁽³⁾.

Seus indicadores refletem-se no aumento das taxas de suicídio, abuso de substância psicoativa, e em problemas de saúde como cefaléias e distúrbios gastrointestinais, além do sofrimento psíquico. Associa-se também à saúde reprodutiva, como no caso de gravidez indesejada, dor pélvica crônica, doença inflamatória pélvica e doenças sexualmente transmissíveis. E de acordo com Silva pode relacionar-se à ocorrência tardia de morbidades como artrite, problemas cardíacos e hipertensão⁽⁴⁾.

A violência entre parceiros íntimos é caracterizada como qualquer comportamento no âmbito de um relacionamento íntimo que cause dano físico, moral ou sexual ao companheiro. Pode ser chamada de violência doméstica e inclui atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamento de controle. É impetrada pelo parceiro ou cônjuge dentro de um relacionamento íntimo, e/ou pelo ex-parceiro quando a relação termina⁽¹⁾.

Dados da OMS, referente a 48 estudos realizados no mundo, identificou que de 10% até 69% das mulheres foram agredidas pelo seu parceiro pelo menos uma vez na vida ⁽¹⁾. Segundo Venturi e colaboradores, 11% das mulheres com 15 anos ou mais já foram vítimas de espancamento, e que uma em cada cinco mulheres foi agredida pelo menos uma vez na vida. O marido ou companheiro foi o agressor em 56% desses casos⁽⁵⁾. No município de São Paulo, Brasil, 586.248 mulheres teria sofrido algum episódio de violência psicológica em 2000; 260.206 alguma forma de violência física e 87.780 mulheres foram vítimas de violência sexual cometida pelo parceiro íntimo⁽⁶⁾.

A despeito de sua relevância, a violência contra mulher cometida pelo parceiro íntimo ainda apresenta inúmeros aspectos a serem investigados, especialmente como subsídio na implantação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que a enfoquem. Segundo Carrasco-Portiño e colaboradores há uma tendência de estudar mais a situação da própria vítima de violência do que de seu agressor, o que se constitui como importante condicionante da carência de informações sobre o autor da violência, elemento fundamental no funcionamento das políticas e intervenções para a redução e combate da violência contra a mulher em um sentido amplo^(6,7).

O presente estudo tem como objetivo analisar as características do perfil do parceiro íntimo envolvido na violência contra a mulher na literatura científica, através de revisão sistemática sobre violência entre parceiros íntimos que incluíram dados sobre o agressor, em publicações do período de 2000 e 2010.

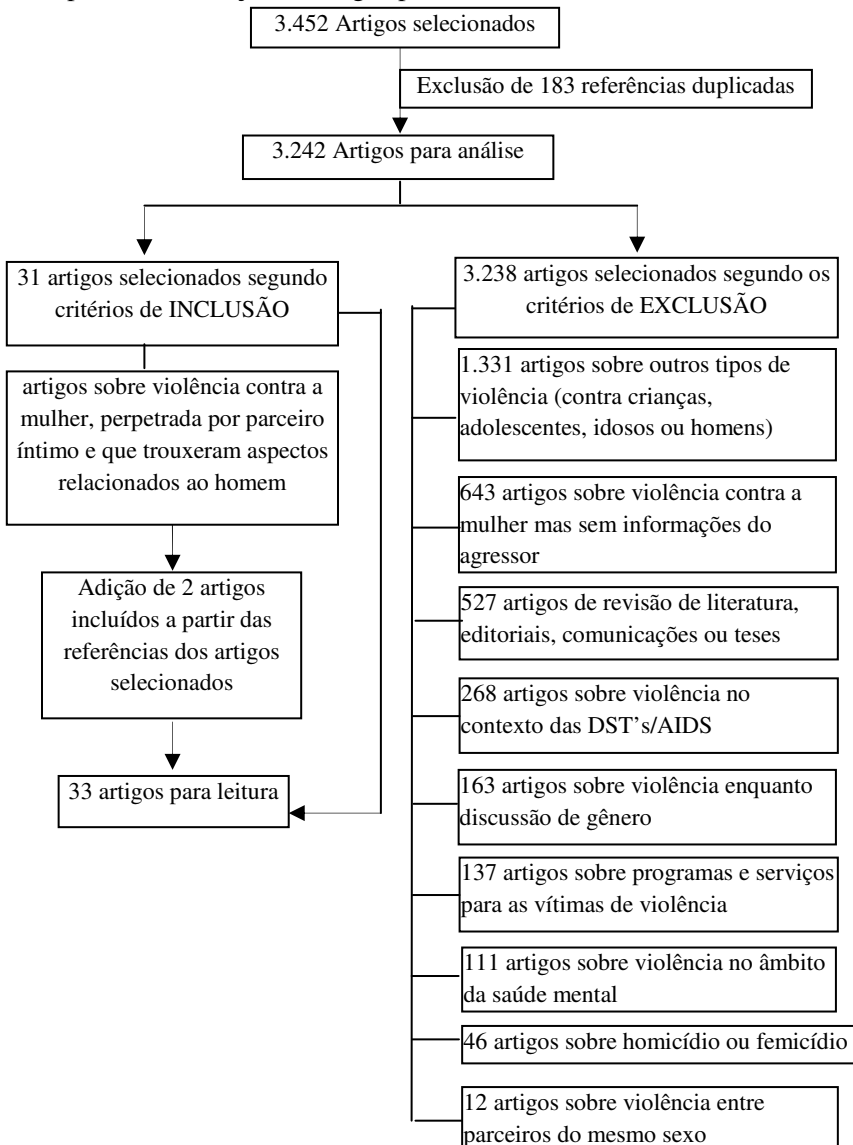
METODOLOGIA

No período de março a maio de 2010 realizou-se uma revisão sistemática através das bases de dados MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SciELO (Scientific Electronic Library Online). Na busca foram utilizados os termos “partner violence”, “domestic violence”, “violence against women”, “agressor”, “parceiro íntimo”, “violência doméstica” e “violência contra a mulher”.

Foram considerados os artigos originais, publicados em inglês, português e espanhol, entre janeiro de 2000 e abril de 2010. A busca se limitou ao período por compreender os dez anos iniciais do século XXI, também apresentando maior número de artigos sobre o tema em relação a décadas anteriores. Foram incluídos na análise os artigos que abordaram qualquer forma de violência contra a mulher perpetrada por

parceiro íntimo, e apresentassem aspectos relacionados ao agressor. Foram excluídos artigos que tratavam de outros grupos de vítimas, tais como a criança, adolescente, idoso ou homem, assim como os relacionados à violência contra a mulher, mas não traziam característica do homem (Figura 1).

Figura 1: Revisão sistemática sobre o autor da violência perpetrada pelo companheiro e seleção de artigos para análise



Com base nos critérios de inclusão e de exclusão, foram selecionados 31 artigos. As referências desses estudos foram analisadas a fim de identificar outros trabalhos que atendessem aos critérios de inclusão estabelecidos. Dois artigos foram selecionados, resultando em 33 artigos para leitura. Os artigos selecionados foram analisados de acordo com suas características bibliométricas, que incluíram ano e revista de publicação, número e sexo dos autores, local em que o estudo foi realizado e idioma em que foi publicado. As características relacionadas ao agressor foram categorizadas em: idade, escolaridade, emprego, tempo de relacionamento com a parceira, uso de álcool e drogas, e histórico de violência na família.

RESULTADOS

Dos 33 artigos analisados, 54,5% foram publicados nos últimos quatro anos investigados, percebendo-se acréscimo na publicação entre os anos de 2008 e 2009, em relação ao período compreendido entre os anos de 2000 e 2007, sendo que não foram encontrados artigos publicados nos anos de 2000, 2002 e 2010 (Tabela 1). O número de autores do sexo feminino foi próximo ao de autores do sexo masculino, com pequeno predomínio das mulheres (53,3%). Já a maior parte dos artigos, 63,6% foi publicada em inglês. Com relação a fonte dos dados, na maioria dos artigos (66,6%) as informações foram obtidas através de contato direto com a vítima, enquanto em 27,2% os dados foram obtidos diretamente com o autor da violência. Em 6% as informações foram oriundas de análise de documentos.

Tabela 1. Número de artigos segundo ano de publicação, sexo dos autores, idioma de publicação e local da pesquisa.

Variável	n	%
Ano de publicação		
2001	1	3,0
2003	3	9,0
2004	4	12,1
2005	3	9,0
2006	4	12,1
2007	3	9,0
2008	8	24,2

2009	7	21,2
Total	33	100,0
Sexo dos autores		
Feminino	72	53,3
Masculino	63	46,6
Total	135	100,0
Idioma de publicação		
Inglês	21	63,6
Português	10	30,3
Espanhol	2	6,0
Total	33	100,0
Local da Pesquisa		
América do Sul	13	39,3
Ásia	7	21,2
África	6	18,1
América do Norte	5	15,5
Europa	2	6,0
Total	33	100,0

Foram identificadas 28 diferentes revistas que publicaram artigos sobre violência de parceiro íntimo contra a mulher, sendo em sua maioria periódicos da área de ciências médicas (89,2%), e os demais; 10,7%, periódicos relacionados à temática da violência. Quanto aos locais de pesquisa houve predomínio da América do Sul, com 39,3% dos artigos, e menor participação da Europa (6,0%).

Em relação às características do agressor, na tabela 2 podem ser observados os resultados encontrados pelos autores dos artigos analisados nas categorias evidenciadas.

Tabela 2. Características do agressor de acordo com os artigos analisados.

Característica do Agressor	n	%
Idade faixas etárias de acordo com a aplicação dos estudos	20	60,6
13 a 25 anos	4	20,0
25 a 34 anos	6	30,0
30 a 39 anos	4	20,0

30 a 49 anos	6	30,0
Escolaridade	21	63,6
nenhuma, baixa, básica	3	14,2
ensino fundamental incompleto ou até 7 anos	10	47,6
ensino fundamental completo ou de 8 a 9 anos	4	19,0
ensino médio incompleto ou até 11 anos	3	14,2
ensino médio completo ou 12 anos	1	4,7
Situação de Trabalho	22	66,6
desempregado, aposentado ou estudante	11	50,0
empregado casual, informal ou meio período	6	27,2
empregado formal	5	22,7
Tempo de Relacionamento	10	30,3
0 a 4 anos	3	30,0
5 ou mais anos	3	30,0
10 ou mais anos	4	40,0
Uso de Bebidas Alcoólicas	23	69,6
associado à violência	22	95,6
não associado à violência	1	4,3
Uso de outras drogas	12	36,3
associado à violência	11	91,6
não associado à violência	1	8,3
História de violência na família	6	18,1
associado à violência	6	100
não associado à violência	0	0

DISCUSSÃO

Quanto às características bibliométricas dos artigos, houve predomínio de publicações nos últimos anos analisados e no idioma Inglês. Este aumento no número de artigos sobre este tema também foi observado por outras revisões de outras temáticas, assim como o predomínio da língua inglesa, que tem importância como a principal língua para divulgação científica no período investigado. Apesar da temática indicar maior interesse das mulheres, os resultados apresentados apontam para número semelhante de ambos os sexos na autoria dos artigos, o que difere de outras investigações^(7,8,9).

A maioria dos estudos foi conduzido com as vítimas, o que pode ser um limitador para a compreensão do fenômeno, com importante lacuna sobre a perspectiva do agressor nas pesquisas realizadas na América Latina indicando a necessidade de maiores

investigações, ainda mais em se tratando da maior parte dos artigos publicados, conforme os descritores e critérios de inclusão e exclusão utilizados⁽¹³⁾.

Uma possível explicação para esse panorama pode se relacionar a quantidade de estudos que abordam a problemática da violência conjugal a partir de dados das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAM's), tendo como principal sujeito de pesquisa a mulher, contribuindo para que os dados relatados por este grupo tenham maior visibilidade. De acordo com Leôncio et al⁽¹⁰⁾ e Marinheiro et al⁽¹¹⁾, quando a população de estudo é a vítima, há a tendência de subestimar a violência diante das promessas do companheiro de não cometer mais agressão, da falta de condições materiais para um recomeço, da vergonha e da falta de apoio da família^(10,11).

Nesta revisão a maioria dos artigos foi publicada em periódicos da área de ciências médicas, o que vai ao encontro dos achados de outras revisões, com certa modificação do perfil do local de estudo, uma vez que as pesquisas norte-americanas foram mais prevalentes em outras revisões e na presente se destacou a América do Sul^(7,8).

Corroborando com outros achados da literatura, as variáveis que compuseram o perfil do agressor e que se associaram à violência contra a parceira foram: idade, anos de estudo e ocupação⁽¹²⁾. Entretanto, as diferenças metodológicas entre os estudos analisados dificultam a determinação do perfil do homem que comete violência contra a parceira, uma limitação encontrada pela presente revisão. Esta dificuldade também foi relatada por Carrasco-Portiño e colaboradores em sua revisão bibliográfica sobre o assunto⁽⁷⁾.

Os achados apontam que homens agressores encontram-se entre 25 e 30 anos de idade, dado que é corroborado com os de Ansara e colaboradores para os quais o a maior prevalência de violência ocorre entre as mulheres com esposos com 30 anos ou menos de idade⁽¹⁴⁾.

Existem indícios de que haja relação entre a idade do companheiro e o tipo de violência. De acordo com Dalal e colaboradores, os maridos com idades entre 30 e 49 anos são quatro vezes mais abusivos verbalmente que os homens mais jovens; enquanto os homens acima de 40 anos são 2 vezes mais propensos a abusar fisicamente de suas esposas⁽¹⁵⁾. O estudo conduzido por Audi e colaboradores concluiu que a idade do parceiro maior que 19 anos está positivamente associada com violência psicológica⁽¹⁶⁾.

Todavia, é provável que a idade isoladamente não seja um fator desencadeador de violência contra a parceira íntima, e sim a diferença

de idade entre os parceiros, o que também se reflete na diferença no nível de escolaridade entre os parceiros íntimos^(15,17). Segundo Frye e colaboradores, a violência contra parceira íntima pode estar especialmente associada à baixa escolaridade, ensino fundamental incompleto ou menos de 7 anos de estudo⁽¹⁸⁾.

De acordo com Vung e colaboradores maridos com educação primária completa constituem como grupo com risco de perpetrar violência física ou sexual maior que o dobro em relação ao de maridos que completou mais anos de estudo. A baixa escolaridade relaciona-se aos recursos pessoais para a resolução de problemas em geral e também no âmbito do relacionamento íntimo, além de interferir no processo de qualificação profissional, resultando em salários inapropriados ou desemprego e conseqüentemente podendo ser um estressor diante da necessidade de aquisição de condições mínimas de sobrevivência⁽¹⁹⁾.

A violência perpetrada pelo companheiro se relaciona a situação de trabalho do homem e dificuldades financeiras, o que vai de encontro com a maioria dos artigos da presente revisão⁽¹⁰⁾. O fato de o parceiro estar desempregado, ser aposentado ou ter um trabalho informal associa-se a um risco de violência duas vezes maior em relação ao parceiro com trabalho formal⁽²⁰⁾. Entretanto, de acordo com Leôncio, o homem com emprego regular ou ocasional pode se associar também à conduta violenta⁽²¹⁾.

A relação entre a situação de trabalho e violência tem como possível explicação sentimento de impotência do homem ao não conseguir manter uma boa posição social e/ou por não ter um emprego adequado, assim como pela conseqüente dificuldade financeira e desestruturação familiar. Esse aspecto corrobora os achados de outras investigações sobre o tema, que relatam que a baixa escolaridade e os exercícios de ocupações não especializadas podem ser reflexos da pobreza. Marinheiro afirma que a violência doméstica é predominante nos níveis sociais de baixa renda, em que a maior dificuldade financeira e a desestruturação familiar favoreceriam os comportamentos agressivos⁽²²⁾. Todavia, Dossi e colaboradores, chamam a atenção para o fato de que a maior prevalência da violência nos estratos sociais menos favorecidas pode estar relacionada ao fato de que as pessoas mais pobres tendem a denunciar mais por se encontrarem em situação de vulnerabilidade social, enquanto os estratos privilegiados economicamente tendem a ocultar da Sociedade o problema⁽¹⁷⁾.

No estudo de Audi e colaboradores, todas as variáveis relacionadas ao homem associavam-se a violência contra a parceira, exceto o tempo de relacionamento⁽¹⁶⁾. Por outro lado, Ntaganira e

colaboradores encontraram que casais com 4 anos ou menos de relacionamento estavam mais propensos a relatar violência, mostrando que esta variável necessita de maiores investigações⁽²³⁾.

Há certo consenso na relação entre o consumo de álcool pelo agressor como fator de risco para violência^(15,23,24). Há a hipótese de que o uso de álcool reduz as inibições e leve a um julgamento pobre com uso de recursos de certa forma mais primitivos para a resolução de problemas que se apresentam ao homem embriagado, facilitando a perpetração de violência⁽²⁵⁾. De acordo com Deeke e colaboradores cerca de 30% dos agressores estavam alcoolizados no momento da agressão, assim como a violência entre casais muitas vezes foi desencadeada pelo homem ao não aceitar que a parceira interfira em seus hábitos e comportamentos em relação ao uso do álcool⁽²⁶⁾.

Quanto ao uso de tabaco, Dalal e colaboradores observaram que homens fumantes são mais violentos física e verbalmente quando comparado aos que não são tabagistas⁽¹⁵⁾. Já a pesquisa que investigou o uso de drogas ilícitas, segundo Dossi e colaboradores os indícios são limitados uma vez que é possível que a vítima omita esta informação em tentativa de proteger o agressor⁽¹⁷⁾.

Apesar de ser abordada em poucos artigos, a história de violência na família do parceiro associou-se a conduta violenta⁽²⁴⁾, relacionando-se especialmente ao ser vítima de violência física ou psicológica durante a infância e/ou testemunhar violência contra a mãe. Segundo Gupta e colaboradores, homens que relataram ter testemunhado violência entre os pais apresentam quatro vezes mais chance de agredir a parceira, provavelmente pela naturalização desse comportamento desde a infância⁽²⁷⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise dos artigos que abordaram a violência conjugal ou violência entre parceiros íntimo, incluindo o homem envolvido na violência, percebe-se que a maioria foi publicada nos quatro últimos anos investigados, com predomínio das publicações em inglês, e as mulheres como os principais sujeitos de pesquisa, evidenciando a noção predominante que conceitua a mulher como vítima.

Apesar dos estudos avaliarem as características do agressor através de diferentes categorizações e a luz de informações prestadas pela vítima, foi possível perceber um maior risco de violência contra a parceira entre homens, desempregados, com baixa escolaridade, que fazem uso de álcool e/ou drogas, e que tenham testemunhado violência

na família. Quanto a outras características, como a idade e o tempo de relacionamento precisam ser mais investigadas; assim como algumas variáveis que foram citadas em apenas um ou dois artigos, como o número de parceiras, o número de filhos e o local e horário da violência.

Esta pesquisa, embora limitada a informações secundárias, mostra a necessidade de conhecer o homem envolvido na violência por parceiro íntimo, tanto suas características quanto seu ponto de vista. Dessa forma será possível ampliar as políticas públicas que visam abordar a violência contra a mulher e ampliar os programas de prevenção, incluindo os homens autores ou não de violência, além de avançar nas discussões sobre violência de gênero.

REFERÊNCIAS

1. World Health Organization. **World report on violence and health**. Geneva, 2002.
2. Ferraz, M.I.R et al. O cuidado de Enfermagem a vítimas de violência doméstica. **Rev. Cogitare Enferm**, v.14, n.4, 755-759, 2009.
3. World Health Organization. **Violence against women: a priority health issue**, Geneva, 1997.
4. Njaine, K. (org) et al. **Impactos da violência na saúde**, 2 ed, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009
5. Venturi, G. et al. **A mulher brasileira no espaço público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
6. Schraiber, L.B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 797-807, 2007.
7. Carrasco-Portiño, M. et al. ¿Qué sabemos sobre los hombres que maltratan a su pareja? Una revisión sistemática. **Rev Panam Salud Publica**, Washington, v. 22, n. 1, p. 55–63, 2007.
8. Frank, S.; Coelho, E. B. S., Boing, A. F. Perfil dos estudos sobre violência contra a mulher por parceiro íntimo: 2003 a 2007. **Rev Panam Salud Publica**. v.27, n, 5, p. 376–81, 2010.
9. Elkis, H. Fatores de impacto de publicações psiquiátricas e produtividade científica. **Rev Bras Psiquiatr**, v.21, n.4, p. 231-236, 1999.
10. Schraiber, LB. et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, 2002. v. 36, n.4, p. 470-7.
11. Dantas Berger, SM; Giffin, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?

- Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: v.21, n.2, p. 417-25, 2005.
12. Oliveira, J. B. et al. Violência entre parceiros íntimos e álcool: prevalência e fatores associados. **Rev Panam Salud Publica**, Washington, v. 26, n. 6, p. 494-500, 2009.
 13. Toneli, M.J.F (org) et al. **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres**: experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.
 14. Ansara, D. L.; Hindin, M.J. Perpretation of intimate Partner Agression by Men and women in the Philippines. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 24, n. 9, p. 1579-1590, 2009.
 15. Dalal, K.; Rahman, F.; Jansson, B. Wife abuse in rural Bangladesh. **J BiosocSci**, v. 41, n. 5, p. 561-573, 2009.
 16. Audi, C. A. F. et al. Violence against pregnant women: prevalence and associated factors. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 5, p. 877-885, 2008.
 17. Dossi, A. P. et al. Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1939-1952, 2008.
 18. Frye, V. et al. Intimate Partner Violence Perpetration Against Main Female Partners Among HIV-Positive Male Injection Drug Users. **J AcquirImmuneDeficSyndr**, v. 46, n. 2, p. 101-109, 2007.
 19. Vung, N. D.; Ostergren, P.; Krantz, G. Intimate partner violence against women in rural Vietnam - different socio-demographic factors are associated with different forms of violence: Need for new intervention guidelines? **BMC Public Health**, v. 8, n. 55, 2008.

20. Wathen, C. N. et al. Risk indicators to identify intimate partner violence in the emergency department. **Open Medicine**, Canada, v. 1, n. 2, p. 113-122, 2007.
21. Leôncio, K. L. et al. O perfil de Mulheres Vitimizadas e de seus Agressores. **Rev Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 307-312, 2008.
22. Marinheiro, A.L.V. **Violência doméstica**: prevalência entre mulheres usuárias de um serviço de saúde de Ribeirão Preto [Dissertação de Mestrado]. Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2003.
23. Ntaganira, J. et al. Factors associated with intimate partner violence among pregnant rural women in Rwanda. **Rural and Remote Health**, Australia, v. 9, n. 1153, 2009.
24. Stickley, A.; et al. Risk factors for intimate Partner Violence against Women in St. Petersburg, Russia. **Violence Against Women**, v. 14, n. 4, p. 483-495, 2008.
25. Aekplakorn, W.; Kongsakon, R. Intimate Partner violence among women in slum communities in Bangkok, Thailand. **Singapore Med J**, v. 48, n. 8, p. 763-768. 2007.
26. Deeke, L.P. et al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 248-258, 2009.
27. Gupta, J. et al. Physical violence against intimate partners and related exposures to violence among South Africa men. **Canadian Medical Association Journal**, v. 179, n. 6, p. 535-541, 2008.

APÊNDICE B

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: o relato dos parceiros no Inquérito Policial

Violence against women: a report of the partners in the police inquiry

Anne Caroline Luz Grüdtner da Silva, Elza Berger Salema Coelho, Kathie Njaine

resumo: Este artigo analisa o perfil dos casais envolvidos em violência contra a mulher e o tipo de violência perpetrada, a partir dos depoimentos contidos nos Inquéritos Policiais (IP) que investigam o fato denunciado. Para tanto foi elaborada uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. Os dados foram obtidos na 6ª Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher, à Criança e Adolescente de Florianópolis/Santa Catarina, e eram referentes ao ano de 2010. Foram selecionados os inquéritos sobre violência doméstica perpetrada pelo companheiro ou ex-companheiro, que continham o depoimento do casal, num total de 172 IP, sendo coletadas informações referentes ao perfil do casal e aos tipos de violência. Os casais eram separados ou divorciados, estavam na faixa de 31 e 40 anos de idade, empregados e conviveram entre 1 e 6 anos. Os homens negaram os atos violentos e o uso de drogas, enquanto as mulheres relataram especialmente violência psicológica. O perfil encontrado no estudo difere do apresentado pela literatura quanto a situação de trabalho e escolaridade, evidencia a continuidade da violência após o término da relação, e as contradições quanto a ocorrência de violência demonstram que os homens não reconhecem seus atos como violência.

palavras-chave: Violência Doméstica; Violência contra a mulher; Maus-tratos conjugais

abstract: This article analyzes the profile of the couples involved in violence against women and the type of violence, based on the statements contained in inquiries (IPs) made by police during the investigation of the cases of violence. It was designed as a descriptive research with quantitative approach. Data were obtained at the Woman's Police Station in Florianópolis / Santa Catarina, and were for the year 2010. We selected surveys of domestic violence perpetrated by partners or ex-partner, which contained the testimony of the couple, a total of

172 IP, and collected information regarding the profile of the couple and the types of violence. The couples were separated or divorced, were between 31 and 40 years old, employed and lived together between 1 and 6 years. The men denied the violent acts and drug use, while women reported more psychological abuse. The profile found in this study differs from that presented in the literature on work status and education, shows the continuation of violence after the end of the relationship, and contradictions regarding the occurrence of violence show that men do not recognize their actions as violence.

key-words: Domestic Violence; Violence Against Women, Spouse Abuse

INTRODUÇÃO

A violência é considerada um problema social e de saúde pública em todo o mundo, demandando um novo olhar dos profissionais da atenção e gestão da saúde. Este fenômeno, não distingue raça, idade, educação ou condição socioeconômica, contudo há formas de violências que se perpetuam e têm estreita ligação com os contextos socioculturais onde elas se manifestam. A violência de gênero, principalmente aquela praticada contra a mulher pelo parceiro íntimo é uma dessas formas mais comuns de violência. Sendo considerado um fenômeno complexo, deixou de ser apenas um objeto da justiça, e passou a ser um problema para os serviços de saúde e tema de diversas pesquisas. (DOSSI et al, 2008; FRANK et al, 2010; MARZIALE, 2004).

Violência entre parceiros íntimos se refere a qualquer comportamento dentro deste relacionamento que cause dano ao companheiro, podendo também ser praticada pelo ex-parceiro. Inclui a violência cometida tanto na unidade doméstica como em qualquer relação íntima de afeto, independente de coabitação; compreendendo as violências física, psicológica, sexual, moral, patrimonial e o comportamento controlador. (BRASIL, 2006; WHO, 2005).

Com base em 48 estudos realizados em todo o mundo, identificou-se que entre 10% e 69% das mulheres foram agredidas pelo parceiro (WHO, 2002). Em São Paulo, a maior cidade do Brasil, entre os anos de 2000 e 2003, 41,8% das mulheres teriam sofrido algum episódio de violência psicológica; 27,2% alguma forma de violência física e 0,2% das mulheres sofreram violência sexual cometida pelo parceiro íntimo. (SCHRAIBER et al, 2007).

Dados da Central de Atendimento à Mulher, que atende no Ligue 180, computam ligações de todo o país e mostra que, de 2006 a 2009, 43% dos autores da violência eram os cônjuges, sendo 61% relatos de violência física, 28% psicológica e 8% sexual. (BRASIL, 2011). A violência acarreta graves consequências para a saúde da mulher, como no aumento das taxas de suicídio, uso de drogas e álcool, agravos como cefaleias, hipertensão e distúrbios gastrointestinais. (CAVALCANTI et al, 2006; SCHRAIBER, 2002).

A ocorrência de violência no relacionamento com o parceiro também produz sofrimento para os homens, embora esse seja um aspecto ainda pouco investigado na violência conjugal, bem como o contexto onde ela ocorre, os sentimentos envolvidos e as consequências para a saúde de ambos os parceiros. Alguns autores ressaltam a importância de incluir o homem como sujeito das pesquisas, permitindo assim conhecer as características da agressão, a percepção de ambos os parceiros, detalhando o vínculo entre os envolvidos e evitando a reprodução de análises baseadas em vitimizações. (ALVIM e SOUZA, 2005; DEEKE et al, 2009; FRANK et al, 2010; GOMES, 2008).

A violência conjugal ocorre entre casais de todas as classes sociais e idades, e tem variados motivos, todavia sua raiz pode ser explicada a partir do poder patriarcal, que promove a desigualdade e a dominação do homem nas relações de gênero. A compreensão desse tipo de relação presente nos casais em situação de violência pode levar a um avanço na discussão desta problemática e instrumentalizar ações que modifiquem essas relações. (ALVIM e SOUZA, 2005; GOMES, 2008; LAMOGLIA E MINAYO, 2009).

Há ainda pelo menos três razões para trazer a temática de homens e masculinidade para os estudos de saúde e gênero. A primeira é por estimular cientistas e formuladores de políticas a enfrentar questões das inter-relações entre os gêneros; em segundo lugar por trazer novas temáticas para os estudos e políticas em saúde da mulher, além de proporcionar novos olhares para antigos objetos da saúde das mulheres e dos homens; e finalmente por ressaltar o entrelaçamento entre saúde, cidadania e direitos humanos. (SCHRAIBER et al, 2005).

Frente a isto, torna-se importante conhecer as características do casal envolvido na violência contra a mulher, permitindo aprimorar as políticas de enfrentamento à violência deste grupo, e aprofundar as discussões sobre o tema indo além da relação vítima-agressor. Desta forma, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: Qual é o perfil dos homens envolvidos na violência contra a mulher, e quem são essas parceiras?

MATERIAIS E MÉTODOS

No período de outubro a novembro de 2011 foi realizada uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, a partir de inquéritos policiais (IP) referentes ao ano de 2010, registrados na 6ª Delegacia de Polícia de Proteção à Mulher, à Criança e Adolescente de Florianópolis/Santa Catarina, sendo selecionados os IPs que investigavam violência cometida contra a mulher pelo parceiro ou ex-parceiro. Esta delegacia foi escolhida por atender aos casos de violência contra a mulher da Grande Florianópolis e por ser uma das primeiras delegacias especializadas neste tipo de atendimento no país.

No ano de 2010 foram registrados 3310 boletins de ocorrência e para investigação dos fatos foram instaurados 986 inquéritos policiais, destes, 553 eram referentes à violência contra a mulher cometida pelo parceiro ou ex-parceiro. A seleção inicial dos inquéritos foi feita pela leitura do fato comunicado, que deveria conter violência doméstica perpetrada pelo companheiro ou ex-companheiro, e confirmado pela leitura do relato da ocorrência. Para a análise utilizamos como critério de seleção, inquéritos em que o homem acusado de perpetrar violência compareceu à delegacia e prestou depoimento, totalizando 172 IPs para análise.

Excluímos os inquéritos encerrados por pedido da mulher (51), e os que não foram finalizados (330). Dessa forma os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos diretamente dos IPs, a partir das informações prestadas pelo casal. As variáveis selecionadas para a análise: idade, escolaridade, estado civil, naturalidade, ocupação, tempo de relacionamento, número de filhos com a parceira e uso de álcool e/ou outras drogas. Os dados foram inseridos no programa Epidata (LAURITSEN, 2002) e posteriormente analisados utilizando o programa Stata 9.

As informações referentes a violência perpetrada ou sofrida foram obtidas na leitura dos depoimentos contidos no IP, e classificadas de acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2005) em violência física, sexual, psicológica, ou comportamento controlador.

Para manter o anonimato, cada casal recebeu um número, de acordo com a entrada na planilha de dados, sendo o homem identificado como Sr. a mulher Sra. E a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, sob o parecer no 2288/12.

RESULTADOS

Dos 172 homens que compareceram à delegacia, 58,72% eram ex-companheiros, 45,93% separados ou divorciados; 36,04% na faixa entre 31 e 40 anos de idade (média 40,10 anos, DP 11,79); 40,7% estudaram de 9 a 12 anos; 34,88% apresentavam escolaridade menor que a da parceira; 92,44% empregados, sendo a ocupação pedreiro a mais relatada (6,39%), e 40,69% nascidos em Florianópolis-SC. Das mulheres que registraram violência, 45,93% eram separadas ou divorciadas, 34,30% entre 31 e 40 anos de idade (média 36,17 anos, DP 10,75); 33,13% estudaram de 9 a 12 anos; 97,10% estavam empregadas; 13,37% eram do lar; 70,76% não tinham filhos de outro relacionamento e 31,97% eram naturais de Florianópolis-SC. Destes casais mais de 55% conviveram entre um e 11 anos (30,80% entre 1 e 6 anos, e 25% entre 6 e 11 anos), e 37,79% um filho, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1. Perfil dos casais envolvidos em violência doméstica, n=172. Florianópolis, 2010.

Variável	homens		mulheres	
	n	%	n	%
Estado civil				
solteiro	16	9,3	17	9,88
casado	30	17,44	29	16,86
união estável	45	26,16	46	26,74
separado ou divorciado	79	45,93	79	45,93
viúvo	2	1,16	1	0,58
Idade				
18 a 20 anos	2	1,16	8	4,65
21 a 30 anos	36	20,93	50	29,06
31 a 40 anos	62	36,04	59	34,30
41 a 50 anos	39	22,67	37	21,51
51 a 60 anos	22	12,79	13	7,55
acima de 60 anos	11	6,39	5	2,90
Anos de estudo				
0 a 4 anos	35	20,34	37	21,51
5 a 8 anos	39	22,67	46	26,74

9 a 12 anos	70	40,70	57	33,13
acima de 12 anos	28	16,27	30	17,44
não informado	-	-	2	1,16
Situação de trabalho				
empregado(a)	159	92,44	167	97,10
desempregado(a)	1	0,58	3	1,74
aposentado(a)	12	6,97	2	1,16
Tempo de relacionamento				
menos 1 ano	12	6,98	12	6,98
1 ano a 6 incompletos	53	30,80	53	30,80
6 anos a 11 incompletos	43	25,00	43	25,00
11 anos a 16 incompletos	18	10,46	18	10,46
16 anos a 21 incompletos	10	5,81	10	5,81
21 anos a 26 incompletos	14	8,14	14	8,14
26 anos a 31 incompletos	5	2,90	5	2,90
acima de 31 anos	6	3,49	6	3,49
não informado	11	6,40	11	6,40
Filhos do casal				
sem filhos	49	28,49	49	28,49
1 filho	65	37,79	65	37,79
2 filhos	33	19,19	33	19,19
3 filhos	10	5,81	10	5,81
4 ou mais filhos	15	8,71	15	8,71
Naturalidade				
Santa Catarina	113	65,69	120	69,76
Rio Grande do Sul	25	14,53	26	15,11
Paraná	11	6,39	12	6,97
outros estados	20	11,62	12	6,97
estrangeiros	3	1,74	2	1,16

Do grupo de homens, 7% afirmaram fazer uso de álcool, 28,50% de fumo e 1,74% outras drogas. Entretanto, segundo os

depoimentos das mulheres, 12,20% dos homens faziam uso de álcool, e 9,3% de outras drogas, especialmente maconha e cocaína.

Quanto à violência registrada, 44,76% dos homens negou qualquer tipo de violência contra a companheira; 21% assumiram ter cometido violência física; 15,10% violência psicológica e 0,60% relataram violência sexual contra a parceira; 17,44% (30) solicitaram o direito de falar apenas em juízo, 18,60% (32) relataram violência física perpetrada pela mulher, e 12,80% (22) violência psicológica. Entretanto 70,34% das mulheres relataram ter sofrido violência psicológica; 51,16% violência física, 19,18% comportamento controlador, e 4,65% violência sexual; 52,35% (90) relataram mais de um tipo de violência, e 2,90% (5) afirmaram ter agredido fisicamente o companheiro.

DISCUSSÃO

O estado civil separado ou divorciado predominou no grupo estudado, o que vai ao encontro dos achados de outros estudos sobre o tema (GARCIA et al, 2008; GUPTA et al, 2008). Todavia, algumas pesquisas encontram maior incidência de violência entre casados (LEÔNICIO et al, 2008; NTAGANIRA et al, 2009).

Em estudo conduzido por Lamoglia e Minayo (2009), 45% dos homens permaneceu em relação conflituosa com as mulheres mesmo depois da separação, o que evidencia que a dominação masculina continua de tal forma arraigada que os homens, mesmo separados, se veem como donos de suas ex-companheiras. Em outros casos o estudo aponta que em algumas situações a mulher começa a sofrer violência após a separação ao não querer a reconciliação ou por iniciar outro relacionamento.

Esses comportamentos também foram percebidos nos depoimentos analisados nesta pesquisa: *“com o rompimento o indiciado passou a ser violento (Sra. 92)”*; *“ele não aceita o fim do relacionamento e ameaça de morte (Sra. 54)”*.

De acordo com Gupta et al (2008), homens separados, divorciados e viúvos reportaram mais violência contra a companheira em relação aos homens casados, Dossi et al (2008) encontraram o dobro de solteiros em relação aos casados neste tipo de violência. Apesar dessas diferenças os programas de combate a violência contra a parceira íntima devem incluir homens de todos os estados civis (ALVES e DINIZ, 2005).

A maioria dos homens, 33,04%, estava na faixa entre 31 e 40 anos de idade, o que está de acordo com outras pesquisas (DEEKE et al, 2009; GARCIA et al, 2008; MOURA et al, 2009; OLIVEIRA et al, 2009). A maior idade do companheiro estava associada a um menor risco de violência, o que foi observado nesta pesquisa, onde 6,9% dos homens estavam na faixa acima dos 60 anos de idade (ANSARA e HIDIN, 2009).

Por outro lado, estudos na área defendem que a idade isoladamente não pode ser considerada um fator que leve a violência contra a parceira, e sim a diferença de idade entre o casal, que se refletiria em diferença no nível de escolaridade (DALAL et al, 2009; DOSSI et al, 2008). Realidade não encontrada neste estudo, uma vez que não houve diferença considerável entre a escolaridade do casal.

A baixa escolaridade estaria associada a maior risco de violência contra a companheira (GUPTA et al, 2008). De acordo com Audi et al (2008), até 8 anos de escolaridade aumenta em 1,5 vezes a chance de violência psicológica e quase dobra a chance de violência física e sexual. Estes dados vão ao encontro dos encontrados nesta pesquisa onde 43,01% dos homens estudaram 8 anos ou menos.

Quanto ao perfil das mulheres analisados neste estudo, a maioria estava na faixa de 31 a 40 anos (34,40%) seguida da faixa de 21 a 30 anos (29,06%), estudaram até 12 anos e estavam empregadas. Estes dados vão ao encontro da literatura sobre o tema, onde as mulheres que procuram atendimento nas delegacias tem entre 19 e 34 anos de idade, são amasiadas, baixo nível de qualificação profissional e remuneração. Elas apresentam diferentes profissões, atuando principalmente no comércio, setor de limpeza ou como donas de casa, o parece refletir uma dependência econômica da mulher e estaria relacionada a violência entre casais. Por outro lado os estudos mostram que essas mulheres tem baixa escolaridade (DEEKE et al, 2009; GARCIA et al, 2008; PASINATO e SANTOS, 2008), o que não se confirmou neste estudo.

Pesquisas mostram associação entre a situação de trabalho e violência, o fato do homem estar desempregado aumenta a probabilidade de ocorrer violência, enquanto ser assalariado estava associado a menor risco de violência contra a parceira. (FRYE et al, 2007; WATHEN et al, 2007). Isto pode ser explicado pelo sentimento de impotência do homem por não ter emprego adequado, como pela consequente dificuldade financeira e desestruturação familiar. (DOSSI e col., 2008). Todavia neste estudo 92,44% dos homens estavam empregados, achado que corrobora com o encontrado por Moura et al

(2009), onde 77% dos homens acusados de perpetrar violência contra parceira estavam empregados.

Quanto a ocupação, pedreiro foi a mais frequente, concordando com outros estudos, onde os homens acusados de agressão apresentavam profissões típicas dos estratos mais populares, e suas principais profissões eram pedreiros e motoristas. (GARCIA et al, 2008; LAMOGLIA e MINAYO, 2009).

Relacionamentos que duraram entre 1 e 6 anos incompletos (29,07%) foram os mais frequentes, seguido de 6 a 11 anos (25%), mostrando que muitas vezes a relação conflituosa é mantida. Conforme os relatos analisados neste estudo ter perdoado o companheiro, tentativa de conservar o casamento e medo foram os motivos apontados para a permanência na relação. Contudo este achado não corresponde a outros estudos sobre o tema, que encontraram um maior risco de violência contra a companheira em relacionamentos de até 5 anos, ou ainda que todas as variáveis estudadas tinham associação com a violência perpetrada pelo parceiro, exceto o tempo de relacionamento. (AUDI et al, 2009; MELO et al, 2009).

O fato de ter 1 ou 2 filhos biológicos pode estar associado a perpetrar violência (GUPTA et al, 2008), o que foi percebido nesta pesquisa, onde a maioria dos casais tinham pelo menos um filho (37,79%). O fato de ter filhos de outro relacionamento também pode estar relacionado, e incluir a dificuldade do casal em lidar com a necessidade da parceira manter diálogo com o pai de seu filho. (AUDI et al, 2008; DEEKE et al, 2009). Todavia nesta pesquisa a maioria das mulheres (70,76%) não tinham filhos de outros relacionamentos, mas diferenças entre o parceiro e o filho da companheira apareceram nos depoimentos, como ilustra a fala de um dos homens: “*o relacionamento é prejudicado pelo filho mais velho da companheira (Sr.35)*”.

O uso de álcool foi relatado por 6,59% dos homens, e o de outras drogas, como maconha e cocaína, por 1,74%, enquanto 12,20% das mulheres afirmaram que o agressor usava álcool e 9,3% outra droga. Além disso, as mulheres relacionavam o uso destas substâncias aos atos violentos, conforme percebido nos depoimentos: “*Quando embriagado ele fica violento (Sra. 29)*”; “*ele fica muito transtornado quando ingere bebida alcoólica (Sra. 38)*”; “*é usuário de crack e cocaína e quando não pode usar o entorpecente desconta na declarante (Sra. 57)*”.

O consumo de álcool é considerado como fator de risco para violência pela maioria dos estudos, acredita-se que o álcool reduza as inibições e dificulte o julgamento, facilitando a perpetração de violência (AEKPLAKORN e KONGSAKON, 2007; DALAL et al, 2009;

NTAGANIRA et al, 2008). De acordo com Deeke e colaboradores (2009), 30% dos agressores estavam alcoolizados no momento da agressão.

Os homens relataram o uso de álcool, sendo este usado para explicar e desculpar sua conduta agressiva frente aos efeitos que o álcool produz, sendo este comportamento observado nas pesquisas de Alves e Diniz (2005) e Rosa et al (2008). Estes relatos exemplificam esta forma de minimizar o fato: “*alega que na data dos fatos estava alcoolizado (Sr. 33)*”; “*confirma que estava embriagado (Sr. 38)*”; “*que naquela data ingeriu 4 ou 5 copos de cerveja (Sr. 66)*”.

Quanto ao uso de outras drogas, estudos relacionam esse uso a uma maior chance de cometer violência contra a companheira. (AUDI et al, 2008; ABRAHAMS, 2006, MOURA et al, 2009). Segundo Dossi e colaboradores (2008), o estudo do uso de drogas ilícitas é limitado, pois é possível que a mulher omita esta informação numa tentativa de proteger o companheiro.

Contudo nesta pesquisa, mais mulheres relataram o uso de drogas pelo parceiro em relação ao depoimento dos homens, o que pode estar relacionado ao local em que o depoimento foi realizado, provavelmente por se tratar de uma delegacia alguns homens tiveram receio de assumir o uso destas substâncias e assim sofrer alguma penalidade. Outra possibilidade é que mesmo reconhecendo o ato de beber como um problema, os homens não relacionam esse comportamento às situações de violência. (ROSA et al, 2008).

Quanto ao tipo de violência perpetrada, a psicológica, foi a mais relatada pelas mulheres (70,34%); seguida da física (51,16%). Este achado difere de outros estudos em que a violência física é a mais relatada, talvez por ser a mais aparente. (LAMOGLIA e MINAYO, 2009; LEÔNCIO et al, 2008). A maioria das mulheres sofre mais de um tipo de violência concomitantemente, por isso a importância das pesquisas analisarem todos os tipos de violência (AEKPLAKORN e KONGSAKON, 2007; AUDI et al, 2008).

De acordo com estudos sobre tipos de violência, há uma tendência das mulheres não relatarem experiências sensitivas, como a violência psicológica. Embora muitas vezes esta seja a forma inicial de violência dentro do relacionamento doméstico, uma vez que o autor da violência dificilmente faz uso de agressões físicas em suas primeiras manifestações, mas começa de forma lenta e silenciosa (DALAL et al, 2009; LEÔNCIO et al, 2008; MARINHEIRO et al, 2006). Esta diferença em relação a outros estudos pode ser sinal de mudanças na percepção das mulheres, a um maior acesso a informações sobre a

violência doméstica com a implantação de leis, políticas e locais próprios para o atendimento destes casos e divulgação da mídia, permitindo que as mulheres percebam o início da violência antes que ela se expresse através da agressão física.

A violência sexual foi a menos relatada, de acordo com estudos sobre violência entre parceiros, este tipo é difícil de ser analisado, uma vez que é considerado um assunto pessoal e muito influenciado pela cultura, sendo na maioria dos casos limitado ao ato sexual forçado, ignorando outras formas humilhantes de abuso sexual. Outro aspecto de grande influência é a visão de grande parte dos homens de que a esposa não pode recusar sexo, o que implica na ideia de que não há sexo forçado dentro do casamento (AEKPLAKOR e KONGSAKON, 2007; KARAMAGI et al, 2006).

Ao observar os depoimentos dos homens acusados de perpetrar algum tipo de violência contra a companheira, é possível constatar contradições, 44,76% dos homens relatou não ter cometido qualquer ato de violência e ao assumirem alguma agressão, tipo de violência esta não corresponde ao tipo e frequência relatados pelas mulheres. Esta diferença é confirmada nas pesquisas de Deeke et al (2009); Lamoglia e Minayo (2009); e Rosa et al (2008); quando os homens admitem as acusações, tendem a relatar uma periodicidade menor de comportamentos violentos, minimizam os atos e justificam a agressão por também terem sofrido violência.

Entre os homens que admitem ter agredido de alguma forma a parceira, é possível perceber no discurso uma estruturação que objetiva transferir a responsabilidade da agressão destes para as mulheres, observando uma alternância de papéis, mesclando o de agressor e o de vítima. Apesar de reconhecerem a situação de conflito conjugal não se percebem como agressores e procuram culpados para a situação. A violência seria ainda uma resposta à agressão física, verbal ou psicológica da companheira. (FREITAS, 2011; ROSA et al, 2008).

Todavia em estudos, Alves e Diniz (2005), Deeke et al (2009) e WHO (2002) encontraram que a agressão contra o homem é desencadeada após algum ato de violência cometido por ele contra a companheira, e nestas situações os homens são agredidos com menor crueldade e gravidade do que elas são atingidas por eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher cometida pelo parceiro íntimo reflete valores culturais presentes na construção dos papéis de homem e mulher, e, portanto deve ser analisada à luz das relações de gênero. Ampliar o estudo, incluindo o homem como sujeito das pesquisas, também corrobora para a compreensão dos diversos fatores envolvidos na violência doméstica e sua dinâmica.

Ao estudar o casal em situação de violência é possível explorar as contradições entre as percepções que cada um tem da violência e obter informações que fortaleçam as formas de enfrentamento desta situação, colaborando com a implementação de leis e locais de atendimento especializados para o acolhimento destas famílias. A ótica do homem torna-se então importante e evidencia a necessidade de incluir esta população nos serviços de atenção e não apenas nos de punição.

O perfil dos casais encontrado neste estudo confirma que a violência entre parceiros atinge os diferentes níveis sociais, e questiona o perfil considerado mais vulnerável a sofrer e perpetrar violência. Homens e mulheres com poucos anos de estudo, desempregados, com relacionamentos curtos e mais jovens são considerados os principais envolvidos em situação de violência, contudo os casais estudados tinham idade e escolaridade semelhantes, mais de oito anos de estudo e estavam empregados. Mostrando a importância de buscar ações de enfrentamento à violência entre parceiros íntimos que abordem os diferentes perfis, sem se restringir a certos grupos considerados de risco.

O expressivo número de casais separados ou divorciados também chama a atenção para outra característica da dinâmica deste tipo de violência. O fim do relacionamento não cessa a violência, pode estar relacionado ao início da agressão, a novos atos violentos ou a um agravamento das situações vivencias durante a relação. Essa realidade reflete os conceitos de gênero presentes neste tipo de violência e expressa uma forma de manter o poder sobre a companheira, mesmo após o término da relação.

As contradições nos relatos dos parceiros, quanto ao uso de drogas e a ocorrência, ou não, da violência demonstram diferentes percepções e compreensões sobre o fato. As mulheres associam o uso de drogas lícitas e ilícitas a ocorrência da violência, e relatam uma maior ocorrência dos diferentes tipos de violência, inclusive da violência psicológica, considerada por diversos autores como uma forma de agressão dificilmente percebida como tal pela mulher. Os homens

aparentemente não reconhecem seus atos como violência, e os justificam pelas ações da própria companheira, como uma forma de se defender.

A dinâmica da violência entre parceiros íntimos deve ser objeto de outras pesquisas, buscando um maior entendimento do ciclo das diferentes formas de agressão, dos fatores envolvidos e das consequências para o casal e os demais envolvidos, como os filhos.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMS, N. et al. Intimate Partner Violence: Prevalence and risk Factors for men in Cape Town, South Africa. **Violence and Victims**, v. 21, n. 2, p. 247- 264, 2006.

AEKPLAKORN, W.; KONGSAKON, R. Intimate Partner violence among women in slum communities in Bangkok, Thailand. **Singapore Med J**, v. 48, n. 8, p. 763-768. 2007.

ALVES, S.L.B; DINIZ. “Eu digo não, ela diz sim”: a violência conjugal no discurso masculino. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.58, n.4, p.387-392, 2005.

ALVIM, S. F.; SOUZA, L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 171-206, 2005.

ANSARA, D. L.; HINDIN, M.J. Perpretation of intimate Partner Agression by Men and women in the Philippines. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 24, n. 9, p. 1579-1590, 2009.

AUDI, C. A. F. et al. Violence against pregnant women: prevalence and associated factors. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 5, p. 877-885, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 7 de agosto de 2006. Estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006.

BRASIL. SEPM. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Balanco da Central de Atendimento à Mulher - 2006 a 2009.** Disponível em: <www.observatoriodegenero.org.br> Acesso em: 30 maio de 2011.

CAVALCANTI, L.F. et al. Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad Saúde Pública**, v.22, n.1, p. 31-9, 2006.

DALAL, K.; RAHMAN, F.; JANSSON, B. Wife abuse in rural Bangladesh. **J Biosoc Sci**, v. 41, n. 5, p. 561-573, 2009.

DEEKE, L.P. et al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 248-258, 2009.

DOSSI, A. P. et al. Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1939-1952, 2008.

FRANK, S.; COELHO, E. B. S., BOING, A. F. Perfil dos estudos sobre violência contra a mulher por parceiro íntimo: 2003 a 2007. **Rev Panam Salud Publica**. v.27, n, 5, p. 376–81, 2010.

FREITAS, L.. Representações de Papeis de Gênero na violência Conjugal em Inquéritos Policiais. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, Vol. 12, N. 1, jul. 2011.

FRYE, V. et al. Intimate Partner Violence Perpetration Against Main Female Partners Among HIV-Positive Male Injection Drug Users. **J AcquirImmuneDeficSyndr**, v. 46, n. 2, p. 101-109, 2007.

GARCIA, M.V. et al . Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, Nov. 2008 .

GUPTA, J. et al. Physical violence against intimate partners and related exposures to violence among South Africa men. **Canadian Medical Association Journal**, v. 179, n. 6, p. 535-541, 2008.

GOMES, R. A dimensão simbólica da violência de gênero: uma discussão introdutória. **Athenea Digit**, s.l., v. 14, n. 2, p. 237-243, 2008.

KARAMAGI, C. A. S. et al. Intimate partner violence against women in eastern Uganda: implications for HIV prevention. **BMC Public Health**, v.6, n. 284, 2008.

LAMOGLIA, C.V.A.; MINAYO, M.C.S. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, Apr. 2009 .

LAURITSEN, J. M.; BRUUS, M.; MYATT, M. A. Versão para o português (Brasil) por João Paulo Amaral Haddad. **Programa para criar banco de dados**. EpiData Association, Odense Denmark 2002. (v3.0).

LEÔNICIO, K. L. et al. O perfil de Mulheres Vitimizadas e de seus Agressores. **Rev Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 307-312, 2008.

NTAGANIRA, J. et al. Factors associated with intimate partner violence among pregnant rural women in Rwanda. **Rural and Remote Health**, Australia, v. 9, n. 1153, 2009.

MARINHEIRO, A. L. V.; VIEIRA, E. M.; SOUZA, L. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 604-610, 2006.

MARZIALE, M.H.P. A Violência no Setor Saúde. **Rev Latino-am Enfermagem**, v.12, n. 2, p. 147-148, 2004.

MELO, Z. M.; SILVA, D. M.; CALDAS, M. T. Violência Intrafamiliar: crimes contra a mulher na área metropolitana do Recife. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 111-119, 2009.

MOURA, L. B. A. et al. Violência contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n.6, p. 944-953, 2009.

OLIVEIRA, J. B. et al. Violência entre parceiros íntimos e álcool: prevalência e fatores associados. **Rev Panam Salud Publica**, Washington, v. 26, n. 6, p. 494-500, 2009.

PASINATO, W.; SANTOS, C. M. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. São Paulo: PAGU/UNICAMP, 2008.

ROSA, A.G. et al. A violência Conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da Violência. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 152-160, 2008.

SCHRAIBER, L.B. et al. Homens e saúde na pauta da saúde coletiva. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-17, 2005.

SCHRAIBER, L.B. et al. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. 5, p. 797-807, 2007.

SCHRAIBER, L.B. et al. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n.4, p.470-7, 2002.

WATHEN, C. N. et al. Risk indicators to identify intimate partner violence in the emergency department. **Open Medicine**, Canada, v. 1, n. 2, p. 113-122, 2007.

WHO, WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Multi-country study on women's health and domestic violence against women: summary report of initial results on prevalence, health outcomes and women's responses**. Geneva, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World report on violence and health**. Geneva, 2002.